

RELATÓRIO ANUAL DO MOC 2023



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	5
ÁREAS PROGRAMÁTICAS	6
PROGRAMA GÊNERO, GERAÇÃO E IGUALDADE RACIAL - PGGIR	7
I - INTRODUÇÃO	7
II - OBJETIVOS.....	9
III - NOSSAS ESTRÁTEGIAS	10
IV - ATIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS	14
Direitos das Mulheres	14
Protagonismo Juvenil.....	16
Direitos das Crianças e Adolescentes	19
Incidência Política.....	21
V - DESAFIOS E ESTRATÉGIAS – CONSTRUIR A RESISTÊNCIA.....	22
VI - PERSPECTIVAS – ESPALHAR AS SEMENTES DA ESPERANÇA, DO VERBO ESPERANÇAR... ..	23
VII - CONSIDERAÇÕES INCONCLUSIVAS... ..	25
Depoimentos:	26
ANEXO 1	27
PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS –	
PFEES.....	36
I - INTRODUÇÃO	36
II - OBJETIVOS.....	38
III - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	39
Gestão e Participação Social.....	39
Acesso a Mercados	43
Incidência Política.....	50
IV - CONCLUSÕES: RESULTADOS E PERSPECTIVAS.....	51
MAPEAMENTO DE ATIVIDADES REALIZADAS E CARACTERIZAÇÃO DE PARTICIPANTES	55

PROGRAMA DE ÁGUA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E AGROECOLOGIA - PAPAA	59
I - INTRODUÇÃO	59
II - OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PAPAA	61
III - AS ATIVIDADES REALIZADAS	63
IV - CONCLUSÃO.....	77
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO CONTEXTUALIZADA - PECONTE	79
I - INTRODUÇÃO	80
II PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS CONFORME OS EIXOS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	84
Formação e mobilização continuada com Coordenações Municipais, Professoras/es e Sociedade Civil.....	84
Formação continuada com Professoras e Professores da Educação do Campo	91
Mobilização e formação continuada com Representantes da Sociedade Civil Organizada:	94
Direitos de Criança e Adolescente à Educação Contextualizada para convivência com o Semiárido (esportes, cultura, lazer, alimentação, Educomunicação e convivência familiar e comunitária).....	96
Estudos, Pesquisas, Sistematização e Produção de Materiais pedagógicos Contextualizados para Convivência com o Semiárido:.....	102
Incidência Política nos espaços estratégicos de proposição, elaboração e controle social das políticas públicas de Educação do Campo Contextualizada para Convivência com o Semiárido e de Criança e Adolescente:.....	104
III - ALGUMAS REFLEXÕES CONCLUSIVAS	109
A seguir uma quantificação mais específica e qualificada do público inserido nas nossas ações. Resumo quantitativo do público envolvido nas ações em 2023:	112
IV - CONCLUSÃO.....	116
ANEXOS GERAIS	116

APRESENTAÇÃO

Tornamos público nosso relatório de atividades do ano de 2023.

Publicar relatório é festejar, porque sempre significa passos dados rumo à utopia que nos move: construir e viver em um mundo com lugar efetivo para todas e todos e, deste modo, um mundo de incluídos e não de excluídos; um mundo de vivos e não de condenados a morrer; um mundo do bem viver.

Celebramos, assim, as vitórias das crianças que foram incluídas na vida e das que tiveram acesso a uma escola que as respeita e as considera produtoras de conhecimento; celebramos as mulheres e meninas que lutam e lutam para que desapareça a violência que as impede de viver com dignidade, liberdade e donas de seus caminhos; celebramos os/as jovens que começam a protagonizar suas estradas de vida e a interferir na política; celebramos os agricultores e agricultoras que decidem e resolvem construir processos de agroecologia, numa caminhada de respeito à natureza, abdicando da postura de olhar a natureza como simplesmente algo a ser dominado para assumir a leitura de que nós mesmos/as integramos a natureza, somos parte dela e dela devemos cuidar. Celebramos, assim, a produção/consumo de alimentos sem veneno e a construção de uma segurança alimentar e nutricional adequada e saudável; celebramos os agricultores/as que buscaram e conquistaram o acesso à água de consumo humano e de produção e experienciam a convivência com o semiárido; celebramos os grupos, em sua maioria de mulheres, que se reúnem para beneficiar sua produção e operar vendas não simplesmente no mercado, mas vivenciando a experiência de uma economia solidária. Celebramos as centenas e centenas de pessoas que passavam fome e sede e que, pela nossa ação e/colaboração passam a se alimentar e ter água, mesmo que provisoriamente.

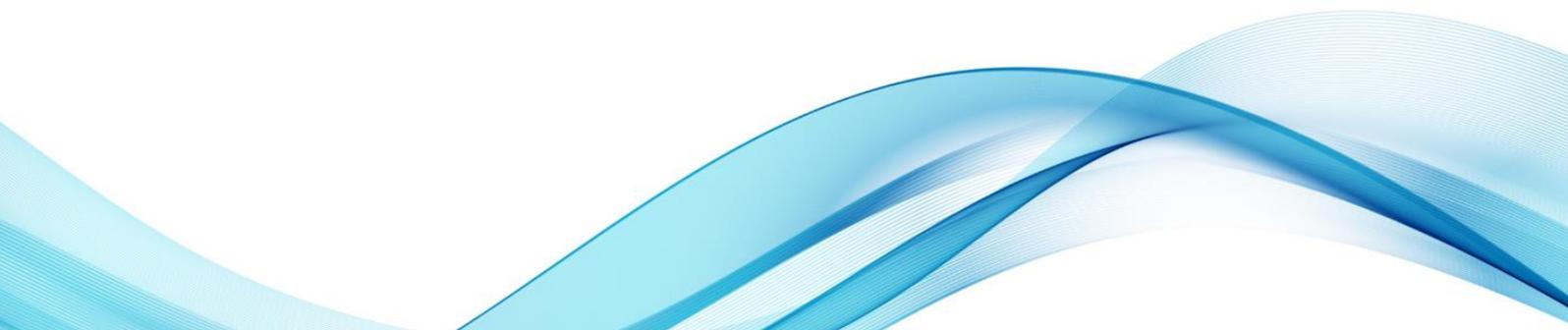
Celebrar as vitórias acima elencadas significa reconhecer e alegrar-se porque está mais perto o mundo do Bem Viver e porque cresce o número de pessoas incluídas social, política e economicamente.

Estamos, no entanto, ante realidades não definitivas, caminhos iniciais e desafios enormes, pois aqueles que se opõem ao Bem Viver continuam seu caminho de destruir. Por isso nos abrimos às críticas que, certamente, poderão nos fazer melhores.

Celia Firmo
Coordenadora Geral do MOC



ÁREAS PROGRAMÁTICAS



PROGRAMA DE GÊNERO, GERAÇÃO E IGUALDADE RACIAL

PGGIR



PROGRAMA GÊNERO, GERAÇÃO E IGUALDADE RACIAL – PGGIR

I - INTRODUÇÃO

Este relatório objetiva apresentar a trajetória vivenciada e desenvolvida pelo Programa Gênero, Geração e Igualdade Racial (PGGIR) do MOC, no ano de 2023, com base nos seguintes eixos de atuação: Direitos das Mulheres; Fortalecimento do Protagonismo das Juventudes e; Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Um ano marcado pela retomada da reconstrução do país após um longo período de profundas crises econômicas, sociopolítica, além dos impactos da pandemia Covid-19 na vida da população, sobretudo as mais vulneráveis.

Este foi período que exigiu um olhar mais estratégico das organizações da sociedade civil para retomada de espaços legítimos de assistência social, controle social e incidência política para que os direitos das minorias fossem reposicionados nas agendas do governo com a soma de esforços para garantia da dignidade da vida humana e no exercício pleno da democracia a partir da ampliação do acesso aos direitos básicos e superação da fome.

Nesse mesmo contexto, apoiar e incentivar a luta das mulheres para efetivação e acesso aos direitos foi também uma tarefa assumida pelo PGGIR em suas ações estratégicas. Além disso, o PGGIR pautou (pauta) suas ações estratégicas a partir do enfrentamento as desigualdades de gênero e raça buscando sempre fortalecer o protagonismo das mulheres, juventudes, crianças e adolescentes na releitura das identidades e promoção de pautas antirracistas e não sexistas.

Neste caminhar buscou-se potencializar a participação social e engajamento de jovens tendo em vista a participação nas conferências, audiências públicas, intercâmbios e as ações de fortalecimento do Consórcio das juventudes junto as demais instituições como o SASOP e EFASE onde foi possível coletivizar pautas e criar estratégias em comum que promoveu mais visibilidade e sinergia entre os/as jovens.

Nesse intuito, o PGGIR se debruçou em realizar suas ações a luz do Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA) do MOC, com base nos objetivos estabelecidos, adotando estratégias de ocupação de espaços para corroborar no avanço e efetivação das políticas, para mulheres, jovens e crianças adolescentes.

II - OBJETIVOS

1. DIREITOS DAS MULHERES - Contribuir com o empoderamento sociopolítico, econômico e cultural das mulheres para que avancem com suas famílias, comunidades e organizações na construção de relações justas e solidárias na perspectiva do enfrentamento a violência e promoção da igualdade e equidade de gênero e raça.

2. FORTALECIMENTO DO PROTAGONISMO JUVENIL- Promover o protagonismo juvenil de modo a participarem de espaços democráticos, advogarem pelos seus direitos e influenciarem em decisões que afetam suas vidas e de suas comunidades.

3. PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES - Fortalecer o protagonismo de crianças e adolescentes, ampliar suas capacidades

para reconhecerem situações de violações e incidirem com proposições garantidoras dos seus direitos.

- Apoiar a qualificação dos detentores de deveres e a redes municipais para proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

III - NOSSAS ESTRÁTEGIAS

Direitos das Mulheres – As linhas de ações estratégicas que estruturam a atuação no campo dos direitos das mulheres estão pautadas em três eixos estratégicos: prevenção e enfrentamento às violências contra meninas e mulheres; formação política e assessoria as auto-organizações das mulheres; transversalidade da dimensão de gênero e raça nas demais áreas estratégicas e projetos institucionais. A luta das mulheres, sobretudo as rurais, negras, periféricas tem sido pelo reconhecimento e efetivação dos seus direitos, desse modo, a incidência política para controle social e proposição política se faz necessário numa sociedade democrática.

No ano de 2023 atuamos com as organizações de mulheres também no sentido de ressignificar a luta e coletivizar as pautas tanto nos territórios quanto no estado e no âmbito nacional como aconteceu no Julho das Pretas e o enfrentamento ao racismo, a Marcha das Margaridas e a pauta das políticas para as mulheres do campo, da floresta e das águas, além de audiências públicas territoriais tendo em vista a luta pelo enfrentamento a violência contra as mulheres e a precarização dos equipamentos e mecanismos de proteção.

As pautas são desafiadoras e nos conchama a atuar em duas frentes; superação da cultura sexista e racista, bem como no fortalecimento da

autonomia e empoderamento das mulheres para advogarem pelos seus direitos e incidirem para efetivação das políticas públicas.



Protagonismo Juvenil - O programa intensificou o trabalho com as juventudes, na continuidade das ações presenciais, após a pandemia do Coronavírus, bem como na mobilização e articulação dos/as jovens do campo, para aprofundamentos de pautas que fortalecem suas identidades e seus protagonismos a partir de suas realidades e potencialidades.

Neste sentido, o PGGIR persistiu em atividades que trabalharam a incidência política, com ênfase na participação social e ocupação de espaços, nos quais puderam expressar seus anseios, além de atuar com atividades que promovessem o fortalecimento da identidade étnico racial, com promoção da ancestralidade e no enfrentamento a desigualdades, com olhar a compreender os mecanismos de combate ao genocídio da população negra; Justiça Reprodutiva e

Racismo Ambiental e os impactos em suas vidas e de suas comunidades,. Isso se somou à continuidade do processo sensível do autocuidado (para enfrentamento dos conflitos externos e internos), através de acompanhamento individualizado psicossocial e coletivo, para que as juventudes se sintam fortalecidas na busca constate de seus protagonismos e na perspectiva de auto-organização em seus contextos locais.



Direitos das Crianças e Adolescentes –estrategicamente o programa tem atuado com as crianças que estão inseridas nos vínculos solidários (apadrinhamento) e vivem em contexto de pobreza e direitos violados, no entanto, as ações se estendem direta e indiretamente para outras não vinculadas. Desse modo, as estratégias partem da premissa de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e, por conseguinte, devem ter espaço de voz ativa nas ações desenvolvidas pelo MOC, para isso, promovemos ações de na perspectiva do fortalecimento do protagonismo infanto-juvenil incentivando-os a participação comunitária, atuação nas rádios poste e na incidência política.

A proteção dos direitos das crianças e adolescentes requer também a formação política e articulação das Redes municipais para que adotem novos paradigmas de prevenção e enfrentamento as violações dos direitos humanos das crianças e adolescentes. A Rede tem um papel crucial no Sistema de Garantia de Direitos (SGD) para o cumprimento de leis e diretrizes que preconiza o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente para promover o acesso aos direitos básicos fundamentais. Mesmo considerando uma estratégia desafiadora por conta da rotatividade de gestores e o pouco investimento público orçamentário, o PGGIR aposta na capacidade e poder de articulação da Rede em avançar em pautas urgentes e necessárias para redução das violações de direitos das crianças e adolescentes, além de incidir para que os municípios adotem o Plano Decenal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (2022-2023) enquanto uma ferramenta para efetivação e proteção de direitos.



IV - ATIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Direitos das Mulheres

1.1. Atividades desenvolvidas

A partir das demandas apresentadas pelas organizações de mulheres no ano de 2023, sobretudo nos territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão, foram desenvolvidas ações articuladas, como: Caravanas para Marcha das Margaridas, , Encontro de Mulheres Negras no Julho das Pretas, Campanha de enfrentamento a violência contra meninas e mulheres, sendo construídas pautas coletivas entre os diversos movimentos, desde as secretarias e coletivos de mulheres dos sindicatos, os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais -MMTRs municipais e regional, o Movimento de Mulheres Negras Dandaras do Sisal, além de outras instituições parceiras que se somam ao MOC na luta para garantia dos direitos das mulheres e meninas.

Basicamente desenvolveu-se atividades tais como: Encontro Municipal com famílias sobre as relações sociais de gênero e raça, e os direitos de meninas e mulheres; Oficinas comunitárias com mães e mulheres sobre prevenção e enfrentamento a violência; Encontros Comunitários com mães, pais e responsáveis, sobre educação não sexista para igualdade entre meninas e meninos; Audiência pública sobre violência contra mulheres; Encontro de planejamento e monitoramento das organizações de mulheres; Encontro regional sobre a luta antirracista e a autonomia das mulheres e meninas negras; Reuniões municipais de articulação e planejamento das Redes municipais de proteção as mulheres em situação de violências; Oficinas territorial sobre Cidadania/Direitos Humanos,

trabalho decente, trabalho infantil; Oficinas territorial sobre trabalho produtivo e reprodutivo; Encontro Territorial sobre as Relações de Gênero e Raça no mundo do trabalho; Mostra de fotográfica sobre Cidadania/Direitos Humanos e Trabalho Decente.

Além destas atividades, o PGGIR coordenou a campanha de prevenção e enfrentamento à violência contra meninas e mulheres que se desdobrou em outras ações junto a outras áreas temáticas do MOC (evento de abertura com feira da economia solidária, rodas de conversa, oficinas, seminários, culminância da campanha). Importante ressaltar as ações realizadas em interface com outras áreas programáticas como Programa de Água Produção de Alimentos e Agroecologia para dinamizar e ampliar o uso das cadernetas agroecológicas com as mulheres, formação com a equipe técnica sobre relações de gênero e ATER, já com o Programa de Educação do Campo Contextualizada numa perspectiva antirracista e não sexista. Além das ações previstas em nossos projetos, o MOC atua na incidência política e articulação com outras organizações parceiras, sendo assim, para o PGGIR as pautas do protagonismos e direitos das mulheres, juventudes e crianças e adolescentes na perspectiva da equidade de gênero e raça são prioritárias em nossas estratégias.

1.2. Resultados alcançados

- 100 mulheres capacitadas gerenciando sua renda (monetária e não monetária) a partir das cadernetas agroecológicas;
- 06 organizações de mulheres articuladas promovendo ações de formação política e participação social;

- 922 mulheres, meninas, jovens e homens engajados na luta pelo fim da violência contra meninas e mulheres;
- Ações desenvolvidas em 13 municípios com veiculação de informações sobre os mecanismos de prevenção e enfrentamento a violência contra meninas e mulheres;
- 60 mulheres atuando em espaços de incidência política municipal, territorial e estadual.

Protagonismo Juvenil

1.3. Atividades desenvolvidas.

Para o alcance do objetivo do eixo de juventudes com ênfase em corroborar para o fortalecimento do protagonismo e acesso aos direitos, as ações foram desenvolvidas com fomento a apoiar a auto-organização e a participação social em espaços de tomada de decisões, bem como ressignificar e valorizar suas identidades para o enfrentamento de violências e violações de direitos, além de motivar a incidência política em defesa dos seus direitos para melhor possibilitar os projetos de vida de jovens, a partir de suas realidades. Para tanto as pautas priorizadas, seguiram por: incidência política e participação social, políticas públicas para as juventudes, identidade e relação étnico racial, juventude negra e Segurança Pública, agroecologia e economia solidária, somado a autocuidado e saúde mental, prevenção e enfrentamento as violência contra meninas e mulheres, educomunicação, educação do campo contextualizada e cultura de paz.

Dessa maneira, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

seminário regional e oficinas comunitárias sobre relações étnicos raciais e o protagonismo da juventude na região Semiárida, com fomento na ancestralidade e no enfrentamento a desigualdade social e racial; Intercâmbios Intermunicipais para troca de saberes e fazeres partir das realidades vividas, com foco na agroecologia, economia solidária, tendo ainda a cultura e a comunicação como parte da metodologia; Encontros municipais sobre cooperativismo e economia solidária, como estratégias de protagonismo para projetos de vida; Oficinas sobre saúde mental e autocuidado, com escuta sobre as violências presentes nas comunidades dos/as adolescentes e jovens; Formação Intermunicipal e oficinas municipais em volta da Educomunicação, como estratégias de disseminar e fortalecer a pauta antirracista e fomentar a produção de conteúdos e peças de comunicação.

Ocorreram ainda outras ações, que destacamos aqui, por serem realizadas conjuntamente em parcerias com outras organizações, a princípio a partir do projeto Consórcio das Juventudes (MOC/SASOP/EFASE), que realizou formações com jovens sobre o Sistema de garantia de Direitos e proteção às crianças e adolescentes, além disso, trabalhou nas atividades coletivas estratégias de protagonismo e incidência política das juventudes do campo, mobilizando e oportunizando a participação na Conferência Estadual de Juventudes, no Festival Nacional de Juventude Rural e Encontro Nacional dos 20 anos da Rede de Gestores da Economia Solidária, no diálogo com Coordenação Estadual de Políticas para as Juventudes da Bahia (COJUVE), entre outros. Realizou ainda o Seminário com o tema: Nossas raízes, nossa força: Juventudes Semiáridas contra o Racismo, como também em parceria com o Cipó Comunicação, o

Consórcio realizou a Conferência Livre: "Pra Quê Me Olhar Assim? Sobre a temática "Juventude Negra e Segurança Pública". Houve ainda jovens envolvidos/as no Plano Plurianual (PPA) Participativo, tanto no âmbito estadual, como elaborando e enviando propostas a nível Federal, através da plataforma digital.

1.4. Resultados Alcançados

- 10 jovens multiplicadores do Consórcio das juventudes participando de espaços municipais e nível estado baiano, para incidir politicamente em favor dos seus direitos;
- 40 jovens com conhecimentos ampliados sobre agroecologia, economia solidária e cooperativismo, como estratégia de protagonismo e auto-organização nas suas realidades;
- 30 jovens com mais apropriação sobre a pauta antirracista multiplicam conhecimentos em diferentes espaços para promover a igualdade racial;
- 20 jovens integrando Conselhos municipais e organizações da sociedade civil (Sindicatos, Cooperativas, Associações comunitárias, Redes), contribuem no desenvolvimento local e advogam sobre seus direitos;
- 03 Produções de conteúdos via Boletins Informativos *Juventudes Presentes!*, elaborados por jovens como parte do resultado das capacitações de Educomunicação, mídias digitais e cidadania para apropriações de processos educacionais;
- 10 jovens multiplicam conhecimentos sobre cultura de paz em suas comunidades, através de rodas de conversas.

Direitos das Crianças e Adolescentes

3.1 Atividades desenvolvidas - As experiências proporcionadas pelos projetos têm desempenhado um papel significativo no desenvolvimento dessas crianças e adolescentes, que demonstram estar alinhadas com os objetivos gerais do programa. Eles se reconhecem como participantes ativos das atividades, cientes de seus direitos e exigindo respeito e proteção por parte de suas famílias e comunidades.

As crianças e adolescentes estão engajadas em diálogos com suas famílias e comunidades, participam ativamente de programas de rádio local, e até mesmo se envolvem em audiências públicas com os gestores exercendo o protagonismo juvenil. Eles são capazes de expressar suas necessidades e de suas comunidades e reivindicar seus direitos, demonstrando seu papel ativo na construção social.

É evidente o progresso das crianças e adolescentes envolvidas no programa das rádios postes, pois elas demonstram um maior domínio de habilidades educacionais, mudanças positivas em seu comportamento ao interagir com adultos, e uma maior capacidade de expressão em público, além disso, estão mais conscientes de seus direitos e não aceitam mais situações de violação, tornando-se protagonistas em diversas ações.

Além de trabalhar diretamente com as crianças e adolescentes, o programa também envolve os responsáveis por garantir a proteção dessas crianças e adolescentes. Em 2023, intensificou-se o trabalho com as Redes de Proteção municipais, reconhecendo a importância dessas estruturas na garantia dos direitos e na proteção efetiva das crianças e adolescentes. As atividades realizadas pelo projeto para as crianças, adolescentes e suas famílias

desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento e no bem-estar desses, e sua importância pode ser observada em várias frentes: desenvolvimento social e emocional, fomento do senso de pertencimento e identidade e empoderamento e desenvolvimento de liderança.

Para proporcionar tais avanços na vida de crianças, adolescentes e suas famílias, foi necessário o desenvolvimento de atividades como: Encontro municipal com famílias para refletir sobre relações e conflitos geracionais; Oficinas comunitárias sobre com mães, pais e responsáveis, sobre proteção infanto-juvenil; Rodas de conversas com famílias e responsáveis sobre violência psicológica e a proteção das crianças e adolescentes; audiências públicas, intercâmbios regionais sobre direitos e proteção das crianças e adolescentes; oficinas municipais sobre cultura de paz, leitura contextualizada, garantias de direitos; - Oficinas comunitárias com crianças, adolescentes, sobre noções básicas de fotografia com recorte racial e de gênero; Campanha “Faça Bonito” proteção contra exploração e abuso sexual infantil; Reuniões de monitoramento e avaliação da Rede Municipal de Sistema de Garantia. Todas as ações realizadas contamos com parceiros estratégicos, além de contarmos com parcerias importantes com a sociedade civil e em alguns momentos com o poder público municipal para o fortalecimento das redes de proteção (SGD).

3.2 Resultados alcançados

- 950 Crianças e adolescentes dos nove municípios inseridos nos vínculos solidários conhecendo e reivindicando seus direitos;
- 1.800 crianças e adolescentes dialogando com padrinhos através de mensagens, intensificando a escrita e a criticidade;

- 900 crianças e adolescentes refletindo sobre racismo ambiental e elaborando mensagens criativas;
- 400 adolescentes protagonizam participando de espaços de incidência política intensificando a criticidade;
- 300 crianças e adolescentes refletem sobre a desigualdade de gênero e raça e fortalecem sua identidade étnico racial;
- 400 famílias ampliam seus conhecimentos e capacidades acerca da proteção e passam a cuidar melhor dos filhos;
- 80 Agentes ampliam a compreensão do seu papel na proteção de crianças e adolescentes e atuando nas comunidades;
- 10 Redes comunitárias constituídas, atuando e fortalecendo as redes municipais, a partir da identificação e tratamento das demandas no campo da proteção nas comunidades.

Incidência Política

Uma das estratégias do MOC é a participação democrática nos espaços de incidência política, sejam redes, fóruns, conselhos e articulações com outras organizações sociais para garantir a intervenção nas proposições de políticas públicas que afeta a vida da população em maior situação de vulnerabilidades. Desse modo, o PGGIR atuou em 2023 com muita responsabilidade fazendo outras vozes serem representadas em espaços como:

- ✓ Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Mulheres;
- ✓ Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes;
- ✓ Conselho Municipal da Assistência Social de Feira de Santana;
- ✓ Conselho Estadual de Proteção aos Direitos Humanos;

- ✓ GT de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia-ANA;
- ✓ Coletivo Nacional de Juventudes da UNICAFES;
- ✓ GT Nacional de Juventudes da Economia Solidária – JUVESOL;
- ✓ Câmara técnica de juventudes da Secretaria de Desenvolvimento Rural.

V - DESAFIOS E ESTRATÉGIAS – CONSTRUIR A RESISTÊNCIA

A caminhada de 2023 trouxe grandes lições, ensinamentos que nos ajudam a aperfeiçoar o trabalho de proteção aos direitos da população historicamente excluída e vulnerabilizada. Nesse sentido, enfrentar as desigualdades de gênero, classe e raça é primordial para mexer nas estruturas que permanecem pouco alteradas.

A proteção dos direitos humanos de mulheres, jovens, crianças e adolescentes sempre foi tido como algo não prioritário nas agendas de governo, mas as lutas constantes vêm mudando esse retrato social e impondo pautas para garantir que ninguém fique para trás e seus direitos sejam respeitados. No campo do trabalho com as juventudes foi desafiador garantir a efetividade da participação e do protagonismo das juventudes nas ações desenvolvidas, sendo assim, uma das estratégias utilizadas para superar essa dificuldade foi à adaptação de metodologias, buscando maior ludicidade e dinâmicas em processos formativos para atrair e engajar os/as jovens. Nesse sentido, as juventudes também vêm se tornando multiplicadores de conhecimentos com outros/as jovens, sensibilizando para a participação social e a auto-organização, como conexão relevante na construção e desenvolvimento de seus projetos de vida.

A proteção do direito à vida de menina e mulheres contra as violações de direitos ainda aparece como algo difícil de superar, isso tem relação direta com a cultura patriarcal paralelo aos poucos investimentos nos equipamentos de proteção e de promoção da autonomia das mulheres para que haja o rompimento do ciclo de violência e das desigualdades. Neste contexto, formar politicamente as meninas e mulheres, atuar em espaços de incidência e promover ações que possibilite o acesso aos direitos são as nossas estratégias para a superação das violações de direitos.

Não podemos esperar que uma sociedade seja justa se as/os filhas dessa pátria não alcançarem a dignidade, isso implica atuar com as diversas gerações, povos e comunidades tradicionais, mulheres, crianças e adolescentes, jovens com ações bem conectadas e articuladas. Essa não é uma tarefa fácil, mas a nossa capacidade de lutar e resistir deve ser algo a ser preservado em honra da nossa ancestralidade. Por isso, precisamos seguir pavimentando esse chão e espalhando as sementes do amor e da justiça.

VI - PERSPECTIVAS – ESPALHAR AS SEMENTES DA ESPERANÇA, DO VERBO ESPERANÇAR...

A ideia é seguir na trilha do esperançar, de levantar, de ir atrás, de construir, no esperançar de não desistir, no esperançar de levar adiante e juntar-se coletivamente e afetuosamente para fazer um mundo mais justo, igualitário e de bem viver para todas as pessoas.

No ano de 2024 a PGGIR seguirá ousando lutar de maneira articulada e se somando a tantas outras vozes por justiça e igualdade, nesta caminhada

continuaremos contando com parceiros aliados na luta com Actionaid, KNH, TdH, Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres/Ba, União Europeia/Horizonte 3000 e tantos outros que vem espalhando as sementes em terras férteis. O MOC estará fazendo a transição para um novo planejamento estratégico para que possamos seguir inovando, usando a criatividade em favor de quem mais precisa e buscando novos parceiros e financiadores para avançarmos nas mudanças que nos propomos fazer.

A dimensão antirracista deve ganhar mais força, visibilidade e engajamento dentro e fora das organizações para que haja coletivização das pautas e inclusão da população negra, isso inclui o trabalho com as comunidades quilombolas e aquelas que buscam sua titulação e auto reconhecimento, o MOC tem avançado junto as organizações locais, mas ainda há muito o que se fazer. Reconhecer o seu papel e missão para promoção racial, buscar outras mãos que se some as nossas, fazer a escuta qualificada são questões que fazem parte dos nossos valores enquanto agentes de mudança e transformação social.

Para isso, segue o legado de militância e sabedoria, assim como a busca de forma contínua de parceiros e apoios para ações, que carrega a utopia de um mundo melhor que abrace a luta e contribuam com o fortalecimento do protagonismo e auto-organização das juventudes, mulheres e comunidades tradicionais com as quais atuamos, de modo que possamos contribuir no acesso aos seus direitos e a garantia da justiça social.

VII - CONSIDERAÇÕES INCONCLUSIVAS...

Diante dos desafios vivenciados nos últimos anos, o PGGIR seguirá se somando com outros atores sociais e parcerias para o cumprimento a missão do MOC. Os desafios enfrentados não apenas sociais, mas também crises climáticas, como estiagens prolongadas e secas que impactaram severamente comunidades rurais, negras e periféricas e o aprofundamento da fome e da insegurança alimentar. Esses eventos exacerbaram as dificuldades já existentes, especialmente para mulheres e crianças, evidenciando a urgência de uma reconstrução nacional pautada pela participação democrática e inclusiva.

Como consequência desse contexto multifacetado, o Movimento de Organização Comunitária (MOC) mantém seu compromisso de ouvir e representar as comunidades afetadas pelas mudanças climáticas. Sua missão é mitigar os efeitos da fome, de modo que promova a segurança alimentar e nutricional, os direitos básicos à alimentação saudável, educação do campo contextualizada, água em quantidade e qualidade, geração de geração de renda.

À medida que nos aproximamos de um ano eleitoral, o MOC reconhece a importância de fortalecer as parcerias e a mobilização social. É essencial unir esforços para enfrentar os desafios presentes e construir um futuro mais justo e inclusivo. É através do trabalho em rede e da atuação estratégica nos espaços de incidência política que podemos contribuir para transformar a realidade das comunidades mais vulneráveis e garantir que seus direitos sejam respeitados e efetivados em todos os níveis da sociedade, enfrentando sobretudo as desigualdades de gênero e raça, construindo uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Depoimentos:

“Olá, sou Valdilene Oliveira de Souza, tenho 19 anos, sou residente da Comunidade de Malhada da Areia, Araci-BA. Me identifico como mulher preta e camponesa, bloqueia, jovem representante do Consórcio das juventudes pela EFASE, jovem multiplicadora do ATER Baraúnas pelo MOC, sou Técnica em Agropecuária formada pela Escola Família Agrícola do Sertão, meu pai e minha mãe são agricultores/a e trabalham no motor de sisal. Através das minhas poesias, que costumo escrever o que minha alma sente, partilhando minhas vivências, e lutando pelos direitos de um todo, é nisso que acredito. Meus ideais estão na caminhada das lutas sociais, quebrando todas às correntes de desigualdades sociais. Com seis anos de idade, entrei no Projeto da Actionaid e MOC, através das cartinhas, que eu amava escrever. E até então continuo participando de diversas ações do MOC, que somam demais em minha vida. Em 2023, participei de um Seminário com as temáticas as quais me identifico, que foi a luta no enfrentamento ao racismo e a fome, bem como as relações éticas raciais, que teve a contribuição do instituto Odara, tivemos uma troca de experiências, vivências e saberes muito exitosa. No mais é só agradecer, e que a nossa resistência permaneça sempre entre nós, até que nossos ancestrais se orgulhem de nós”.

Valdilene Oliveira ,Comunidade Malhada da Areia, araci, Bahia.

“Quando iniciei no projeto, era muito tímida, retraída. Não conhecia e nem assumia minha identidade, minha cultura e minhas raízes. Agora sou uma jovem comunicativa, que reconheço minha identidade preta, rica em/de cultura. Com todas as minhas qualidades e defeitos me torno única, as atividades realizadas pelo MOC proporcionaram conhecer uma diversidade de realidades vivenciadas, por mim e outras crianças e adolescentes de comunidades vizinhas e também da própria comunidade”.

Gilvana Santos, Comunidade de Rose, Santaluz, Bahia.

ANEXO 1

MAPEAMENTO DE ATIVIDADES REALIZADAS E CARACTERIZAÇÃO DE PARTICIPANTES

ÁREA PROGRAMÁTICA: PROGRAMA GÊNERO, GERAÇÃO E IGUALDADE RACIAL - 2023

ATIVIDADES REALIZADAS	Nº DE ATIVIDADES	QUANT PARTICIPANTES	SEXO	
			FEM	MAS
Encontro Municipal com famílias sobre as relações sociais de gênero e raça, e os direitos de meninas e mulheres;	01	30	25	05
Oficinas comunitárias com mães e mulheres sobre prevenção e enfrentamento a violência contra mulheres e meninas e os mecanismos de proteção;	04	80	65	15
Encontros Comunitários com mães, pais e responsáveis, sobre educação não sexista para igualdade entre meninas e meninos;	04	80	76	04
Seminário municipal de prevenção e enfrentamento a violência contra meninas e mulheres;	01	30	26	04
Encontro de planejamento e monitoramento das organizações de mulheres da região Semiárida;	01	20	20	-
Encontro regional sobre a luta antirracista e a autonomia das mulheres e meninas negras na região Semiárida;	01	53	50	03
Reuniões municipais de articulação e planejamento das Redes municipais de proteção as mulheres em situação de violências;	07	105	100	05

Seminários Municipais de prevenção e enfrentamento a violência contra meninas e mulheres	07	271	222	49
Encontro de culminância da campanha de enfrentamento a violência contra meninas e mulheres;	01	75	65	10
Ciclos formativos sobre proteção contra violências (divisão justa do trabalho doméstico, equidade de gênero/raça e saúde mental);	02	60	54	06
Oficinas territorial sobre Cidadania/Direitos Humanos, trabalho decente, trabalho infantil;	03	60	50	10
Oficinas territorial sobre trabalho produtivo e reprodutivo;	02	60	55	05
0Encontro Territorial sobre as Relações de Gênero e Raça no mundo do trabalho;	01	30	26	04
Mostra de fotográfica sobre Cidadania/Direitos Humanos e Trabalho Decente;	01	50	40	10
Intercâmbio Intermunicipal das Juventudes para partilhar saberes e fazeres partir das realidades vividas, tendo a cultura e a comunicação como parte da metodologia;	01	30	22	08
Encontro intermunicipal formativo com jovens sobre identidade étnico racial, com fomento na ancestralidade e no enfrentamento a desigualdade social e racial;	01	30	24	06
Encontro municipal com Juventudes sobre questões de gênero, sexualidade e diversidade, para fomentar estratégias de enfrentamento as violências que impactam negativamente a sua	01	30	22	08

integridade humana; KNH;				
Roda de conversa municipal para criar/fortalecer Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Juventudes;	01	30	23	07
Seminário Territorial sobre as relações étnicos raciais e o protagonismo da juventude na região Semiárida;	01	30	21	09
Rodas de conversas comunitárias sobre relações étnicos raciais e o protagonismo das juventudes rurais;	07	142	97	45
Intercâmbio formativo de jovens multiplicadores (as);	01	30	14	16
Oficinas formativas sobre: direitos e protagonismo infanto-juvenil para aprendizados sobre negações e garantias de direitos;	02	42	23	19
Encontros municipais envolvendo o intercâmbio, partilha de temas a partir das realidades vividas, tendo a arte, a cultura e a comunicação como parte da metodologia;	01	22	15	07
Jornada estadual da juventude: Arte e política (você tem fome de que?)	01	12	07	05
Intercâmbio formativo para troca de experiências entre jovens sobre Educomunicação, mídias digitais e cidadania;	01	30	16	14
Oficina de Educomunicação com adolescentes e jovens na perspectiva da educação contextualizada (antirracismo, literatura lúdica, Baú de Leitura);	02	40	25	15

Intercâmbio formativo para troca de experiências entre jovens na perspectiva da Cultura de Paz)	01	20	13	07
Formação com educadores/as, sociedade civil, envolvendo representantes da rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes, na perspectiva da cultura de paz);	01	36	33	03
Formação das organizações do Consórcio para realização de ações de fortalecimento das redes de atendimento a crianças e adolescentes;	01	12	06	06
Encontro municipal com famílias para refletir sobre relações e conflitos geracionais;	01	20	16	04
Oficinas comunitárias sobre com mães, pais e responsáveis, sobre proteção infanto-juvenil e sobre seu papel na educação dos filhos.	04	80	72	08
Oficinas comunitárias para monitorar e avaliar o cumprimento e a efetividade dos combinados de proteção das crianças e adolescentes das comunidades;	04	80	61	19
Rodas de conversas com famílias e responsáveis sobre violência psicológica e a proteção das crianças e adolescentes;	04	80	54	26
Audiência Pública para monitorar da Carta de Recomendações das Crianças e Adolescentes aos detentores dos deveres e responsabilidades	01	30	22	08
Intercambio para troca de experiência sobre proteção infantil com mães e responsáveis;	01	22	08	14

Oficina municipal com educadores e famílias sobre educação não sexista para igualdade entre meninas e meninos	01	20	15	05
Roda de conversa sobre incidência política com famílias e responsáveis.	01	20	13	07
Oficinas comunitárias sobre estratégias de participação infanto-juvenil com Crianças e adolescentes para monitorar e avaliar o plano de participação;	04	80	43	37
Oficina municipal com crianças e adolescentes sobre a Cultura de Paz;	01	20	16	04
Oficina municipal com crianças e adolescentes, sobre garantia de direitos e suas violações;	01	20	14	06
Oficinas comunitárias de leitura lúdica e contextualizada com as crianças e adolescentes apadrinhados/as para elaboração de mensagens	08	160	123	37
Reuniões da comissão das rádios postes e elaboração de pautas dos programas;	12	180	135	45
Dias de lazer e entretenimento artístico-cultural nas comunidades, com crianças, adolescentes e jovens para resgatar a cultura local;	08	190	78	112
Oficinas comunitárias com crianças, adolescentes, sobre noções básicas de fotografia com recorte racial e de gênero - olhares negros;	04	80	41	39
Oficinas para escuta avaliativa sobre os direitos de crianças e adolescentes e ou suas violações para avaliação do projeto.	04	80	45	35

Oficinas comunitárias de leituras lúdica com crianças e adolescentes sobre igualdade de gênero, raça e diversidade	08	160	82	78
Gincanas educativas e lúdicas com jogos cooperativos nas comunidades envolvendo crianças, adolescentes e jovens, para fortalecimento dos direitos das crianças e adolescentes;	04	160	95	65
Oficinas de pintura com crianças e adolescentes, fortalecendo as belezas do semiárido.	04	80	43	37
Bate papos com crianças e adolescentes sobre violência psicológica e saúde mental;	04	80	47	33
Intercambio intercomunitário com crianças e adolescentes para troca de saberes sobre a cultura local;	01	60	38	22
Bate papo e caminhada comunitária para fortalecimento do Faça Bonito;	04	40	29	11
Oficinas comunitárias com crianças e adolescentes sobre participação social.	04	80	46	34
Encontros comunitários para refletir sobre a cultura de paz entre crianças e adolescentes;	04	80	44	36
Oficinas comunitárias com lideranças locais e detentores dos deveres para monitorar e avaliar a rede local	04	80	43	37
Seminário municipal de capacitação com os agentes do SGDCA e Representantes das redes comunitárias para fortalecimento da rede municipal;	01	30	24	06

Reuniões de monitoramento e avaliação da Rede Municipal de Sistema de Garantia;	02	30	17	13
Encontro municipal para fortalecimento do Faça Bonito com detentores de direitos e de deveres;	01	20	14	05
Roda de conversa municipal para fortalecimento do agosto lilás;	01	20	18	02
Encontro municipal com representantes das comunidades e dos gestores públicos para monitoramento dos 5 anos de projeto;	01	30	25	05
Encontro municipal de avaliação final do projeto com detentores de direitos e deveres;	01	30	24	06
Rodas de Conversa Comunitárias com famílias, associações e equipe do MOC para discutir sobre o projeto e sua perspectiva de intervenção na proteção das Crianças e Adolescentes	04	80	42	38
Caminhadas Comunitárias para fortalecer a Campanha Faça Bonito e combater a violência sexual contra Crianças e Adolescentes. Projeto Intermediário	04	80	44	36
Jornada de PMA para alinhamento da perspectiva da proteção infante juvenil na estratégia e no POA institucional.	01	35	27	08
Oficinas com a equipe do MOC para elaboração e revisão da proposta de intervenção comunitária.	06	14	14	-
Jornadas de Recadastramentos nas comunidades (Lagoa Grande - Retirolândia) e Cadastramentos (Jitaí-Retirolândia / Ferreiros e Lagoa Escura - Santaluz) de Crianças e Adolescentes que serão	01	350	198	152

atendidas pelo projeto KNH;				
Intercâmbios intercomunitários entre crianças e adolescentes para troca de experiências sobre as manifestações culturais das comunidades.	01	30	21	09
Oficinas Municipais sobre a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes com foco na Revisão da PPI do MOC.	02	40	26	14
Jornada formativa com jovens multiplicadoras de vínculos solidários com temas para fortalecer o trabalho da multiplicação com as crianças e adolescentes (metodologias de trabalho, racismo ambiental, proteção infantil, dentre outros);	01	15	14	01
Dias lúdicos com crianças e adolescentes para fortalecimento dos vínculos solidários e elaboração das mensagens;	14	822	466	356
Gincanas lúdicas com crianças e adolescentes sobre jogos cooperativos em comemoração ao dia das crianças;	07	210	112	98
Oficinas comunitárias sobre a cultura de paz com crianças e adolescentes;	07	140	89	51
Caminhada comunitária em protesto contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, fortalecendo a campanha, Faça Bonito;	07	210	114	96
TOTAL	228	5.668	3.747	1.921

**PROGRAMA
DE FORTALECIMENTO
DE EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS**

PFEES



PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS – PFEES

I - INTRODUÇÃO

O ano de 2023 foi um momento de conclusão do ciclo de três importantes projetos executados pelo Programa de Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários (PFEES) do Movimento de Organização Comunitária (MOC). Projetos estes que contribuíram para o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelos seus beneficiários e em suas respectivas comunidades. Dentre estes projetos que foram finalizados, podemos destacar os projetos: Bahia Produtiva, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), o qual foi executado entre os anos de 2017 e 2023; o Projeto “Avicultura Caipira: difusão tecnológica e inclusão socioprodutiva” em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), focado no desenvolvimento da cadeia produtiva da avicultura no território do Portal do Sertão, que transcorreu entre os anos de 2020 e 2023; Além do Projeto Incluir e Produzir para o Bem Viver, executado em parceria com a Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) nos anos de 2022 e 2023.

Por isto, neste ano foi demandado da equipe maiores esforços para garantirmos o alcance dos objetivos destes e de outros projetos desenvolvidos pelo programa. Além disso, em decorrência da finalização de grande parte de seus projetos, neste ano a equipe também concentrou esforços na elaboração de propostas para editais que pudessem possibilitar a continuidade no desenvolvimento de suas ações e o atingimento de seus objetivos. Inclusive,

propondo-se a atuar com um novo público, os empreendedores e empreendedoras no espaço urbano.

Além dos projetos já citados, a equipe do programa desenvolveu ações em outros projetos com parcerias com entes governamentais das esferas estadual e federal, além de entidades privadas, especialmente entidades de cooperação internacional. Sendo nestes projetos, muitas vezes desenvolvidas ações em colaboração com outras áreas programáticas do MOC, como o Programa de Gênero, Geração e Igualdade Racial (PGGIR), o Programa de Água, Produção de Alimentos e Agroecologia (PAPAA), e o Programa de Educação do Campo Contextualizada (PECONTE). Sendo os seguintes projetos: ActionAid e ATER Biomas.

Os projetos citados foram desenvolvidos para um público de 90 empreendimentos, sendo a sua grande maioria associações, cooperativas e grupos informais (formados por mulheres). Além de 02 redes de empreendimentos, 06 feiras agroecológicas e 05 pontos fixos de comercialização nos Territórios de Identidade do Sisal, da Bacia do Jacuípe e do Portal do Sertão. Grande parte deles, com suas ações fomentadas pelos projetos citados anteriormente.



Foto: Arquivos MOC - Formação sobre manejos em galinheiro - Projeto Avicultura Caipira

O PFEES tem a perspectiva de no ano de 2024 iniciar um novo ciclo de projetos que garantam o alcance dos seus objetivos, tanto o estratégico como os específicos, que são elencados a seguir:

- Vida Melhor Urbano (Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES);
- Qualifica Bahia (Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE); e
- Semeando o Bem Viver (Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS).

II - OBJETIVOS

Objetivo Estratégico: Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) da Agricultura Familiar e de comunidades tradicionais dos municípios da área de abrangência do MOC, atuando na perspectiva de uma Economia que seja justa, inclusiva e solidária, articulados em redes e organizados nos processos de gestão, produção, beneficiamento, divulgação e comercialização, fortalecendo a convivência com o semiárido.

Objetivo Específico 1 – Gestão e Participação Social: Promover os processos de organização e articulação dos EES e das Redes, na perspectiva da autogestão, da equidade de gênero e participação social.

Objetivo Específico 2 – Acesso à Mercados: Estimular os processos de produção e comercialização dos EES e Redes, para o acesso aos mercados (institucional, convencional e diferenciado) com ênfase no institucional.

Objetivo Específico 3 – Incidência Política: Contribuir nos processos de fortalecimento das políticas de Economia Solidária a partir da participação da equipe nos espaços estratégicos de proposição/elaboração/co-execução.

III - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Gestão e Participação Social

Embora os demais objetivos sejam igualmente importantes, o objetivo específico “Gestão e Participação Social” busca desenvolver algo que é essencial para a consolidação dos empreendimentos assessorados pelo PFEES. Pois o aprimoramento e a adoção de novas práticas gerenciais que contribuam com os processos de autogestão, e, portanto, de independência dos EES, fomentam a organização e a longevidade/sustentabilidade dos empreendimentos.

Neste sentido, no decorrer do ano de 2023 foram desenvolvidas ações por meio dos projetos executados pela equipe que tiveram como propósito contribuir com os empreendimentos no aperfeiçoamento de suas gestões, por meio de oficinas, cursos e visitas técnicas com o foco nas práticas gerenciais dos empreendimentos. Neste quesito podemos destacar as visitas técnicas e encontros comunitários desenvolvidos por meio do Projeto Bahia Produtiva; além das oficinas de gestão que aconteceram no projeto Incluir e Produzir para o Bem Viver.

“Sou moradora da comunidade Quilombola, Quilombo Matinha dos Pretos, Feira de Santana, Bahia. O projeto “Incluir e Produzir para o Bem Viver” do MOC, financiado pela SETRE, proporcionou um momento oportuno para a ACOMA. As oficinas, mesmo com desafios, trouxeram aprendizados significativos e visibilidade para nosso grupo. Gratidão ao MOC pela parceria duradoura”. (Maria das Neves das Virgens Oliveira, 63 anos – Matinha – Feira de Santana/BA).



Foto: Arquivos MOC - Atividades do Projeto Incluir e Produzir para o Bem Viver

Desta forma o PFEES deu continuidade à assessoria técnica aos empreendimentos, às redes, Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia, e Central de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar Arco Sertão (Arco

Sertão Central), bem como aos 05 pontos fixos de comercialização (nos municípios de Feira de Santana, Araci, Santaluz, Serrinha, Riachão do Jacuípe) e nas 06 feiras agroecológicas. Como mencionando anteriormente, estas iniciativas apoiadas são compostas por associações, cooperativas e grupos informais na área de abrangência do MOC (Territórios de Identidade do Portal do Sertão, Bacia do Jacuípe e Sisal).

Quanto à participação social, as ações do PFEES fomentaram a participação e a inserção dos empreendimentos no acesso às principais políticas públicas destinadas aos agricultores/as familiares. Além de em momentos convenientes, terem sido realizados debates sobre os principais desafios para a agricultura familiar na atualidade, sendo a dificuldade para emissão do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) o principal entrave visualizado pela categoria, pois, há ainda uma dificuldade para a emissão do documento, bem como, existem critérios mais exigentes para tal, a exemplo da área mínima de terra necessária para a obtenção do documento, uma vez que um grande quantitativo dos agricultores e agricultoras familiares da Bahia são detentores de pequenas e micropropriedades.

Contudo, a equipe buscou estratégias e parcerias que contribuam para a contornar esta dificuldade (na emissão do CAF), tendo em vista que este, assim como a sua antecessora, a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Ambos são documentos que identificam os agricultores e agricultoras familiares, e que, portanto, determinam se os mesmos estão aptos ou não para o acesso às políticas públicas, tão essenciais para a mudanças que permitem uma melhor estruturação do meio rural brasileiro como um todo. Logo, é fundamental que sejam mantidos os debates sobre essa problemática.

E para o desenvolvimento das ações do programa neste âmbito da Gestão e Participação Social, também continuou sendo imprescindível a articulação dos empreendimentos em redes, e o fortalecimento destas, em especial, as supracitadas (Arco Sertão Central e COOPEREDE). Além disso, o PFEES contou com a colaboração de outros parceiros como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios de atuação, assim como outras entidades de representação da agricultura Familiar, como as Associações dos Pequenos Agricultores (APAEBs). E entidades como as universidades e institutos federais de ensino dentro dessa mesma área de abrangência.

Desta forma, alguns dos principais resultados das atividades do programa neste eixo no ano de 2023, foram:

- Realização de atividades com a finalidade da elaboração de missão, visão e valores de 05 empreendimentos acompanhados pelo projeto Incluir e Produzir para o Bem Viver;

- Realização de atividades para a aplicação de diagnósticos situacionais dos empreendimentos, dos 15 (quinze) empreendimentos acompanhados pelo projeto Incluir e Produzir para o Bem Viver;

- Elaboração e monitoramento de planos de ação dos empreendimentos, dos 15 empreendimentos acompanhados pelos projetos Incluir e Produzir para o Bem Viver e dos 27 acompanhados pelo projeto Bahia Produtiva;

- Realização de atividades com a finalidade aprimorar e incentivar o uso de ferramentas de controles internos, dos 15 empreendimentos acompanhados pelos projetos Incluir e Produzir para o Bem Viver e dos 27 acompanhados Projeto Bahia Produtiva;

- Fomento à consolidação de um grupo de 11 catadores, por meio de investimentos que garantiram um trabalho mais digno às mulheres e homens

envolvidos na iniciativa que é organizada por um dos empreendimentos atendidos por meio do Projeto Incluir e Produzir para o Bem Viver.

- Realização de atividades, especialmente coletivas, visando estimular o fortalecimento e as estratégias de atuação em rede, realizadas nos empreendimentos acompanhados pelos projetos, Incluir e Produzir para o Bem Viver (15 empreendimentos), Bahia Produtiva (27 empreendimentos), Avicultura Caipira: difusão tecnológica e inclusão socioproductiva (01 empreendimento).

Acesso à Mercados

O objetivo específico “Acesso à Mercados”, a grosso modo é parte crucial para as ações do programa, pois é através da articulação da produção, do beneficiamento e comercialização de gêneros alimentícios (com mais destaque) que as famílias tem a oportunidade de gerar ocupação e renda a partir das suas propriedades, e desta forma possam viver de forma mais digna, muitas vezes saindo de situações de vulnerabilidade; assim como esta renda pode possibilitar a realização investimentos em suas propriedades, a aquisição de bens de consumos essenciais. E mais importante, contribuir com o acesso à alimentação de forma regular, com qualidade e nas quantidades adequadas. E a garantia desta última necessidade básica é sim, a maior contribuição que a equipe do programa pode assessorar/auxiliar as famílias no alcance. Pois, vivemos num panorama em que a Insegurança Alimentar e Nutricional volta a figurar como um grande desafio a ser solucionado no país como um todo.

Neste sentido, as ações para produção, beneficiamento e comercialização contribuem com o enfrentamento deste problema em duas frentes, na já citada geração de renda que contribui para que as famílias tenham acesso à alimentação de forma adequada, bem como por meio de fornecimento de alimentos a outros

sujeitos. Que neste último caso é fomentado pela equipe do PFEEES através do incentivo e da contribuição da equipe para a elaboração de propostas para a comercialização através de importantes políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), este último de modo significativo através da modalidade Compra com Doação Simultânea (PAA-CDS).

A primeira política pública (PNAE), garante o acesso a alimentos de qualidade às crianças, jovens e adultos durante os períodos de estadia no ambiente escolar das redes públicas de ensino nas três esferas governamentais. Muitas vezes estas refeições são as principais fontes de nutrientes de muitos destes estudantes. Já o PAA-CDS, busca fornecer alimentos às famílias em situação de vulnerabilidade social/em situação de insegurança alimentar.

Portanto, estas duas políticas públicas são vistas como prioritárias no programa como vias de acesso ao mercado, pois como observado, contribuem significativamente no acesso à renda para as famílias de agricultores e agricultoras familiares, bem como auxilia no combate à fome no país.

Neste âmbito, o PFEEES desenvolveu diversas atividades com o intuito de fomentar o acesso a estes e outros mercados pelos empreendimentos, realizando oficinas, cursos, visitas, intercâmbios e outras formas para a qualificação dos produtos, a produção destes em quantidades suficientes para suprir às demandas, a inovação na produção, e o suporte já mencionado na elaboração de projetos. Mas as ações do programa não visaram somente a venda, mas também o acesso a crédito e/ou políticas públicas que permitissem investimentos estruturantes das cadeias produtivas dos empreendimentos e suas estruturas de beneficiamento.

Outro ponto importante do acesso aos mercados foram as atividades que capacitaram/atualizaram os empreendedores/agricultores quanto a práticas gerenciais que contribuam com o fortalecimento da gestão da produção, com ações como a discussão da utilização de ferramentas que permitam estimar a capacidade produtiva nas propriedades e nos empreendimentos. Além de ferramentas que possibilitam o processo adequado de precificação dos produtos comercializados, além de ações que contribuíram com o aprendizado de ferramentas de divulgação das ações dos agricultores e dos empreendimentos como uma estratégia de qualificação da comercialização nos mercados convencional e diferenciado. Tendo em vista que, após a pandemia, para contornar a dependência dos empreendimentos e dos agricultores quanto aos mercados institucionais, foram fortalecidas as iniciativas como as vendas por meio dos pontos fixos de comercialização, das feiras agroecológicas e do “*e-commerce*” por meio de ferramentas que viabilizem tal modalidade.

Outro ponto fundamental para o fortalecimento dos empreendimentos no Acesso à Mercados, foi o fomento à ação destes em redes, com vistas a contribuir com a continuidade do crescimento das iniciativas da agricultura familiar nos territórios/municípios de abrangência de ações do PFEES.

Desta forma, o programa vem desenvolvendo estratégias que permitam uma maior interação, integração e intercâmbio de conhecimentos e de produtos (que contribui com a diversificação dos leques de produtos oferecidos) pelos empreendimentos componentes das redes, sejam estas redes formais, por meio da Arco Sertão Central e da COOPEREDE, ou redes informais, estas últimas nos âmbitos municipais, e algumas intermunicipais.

Estas ações são incentivadas/desenvolvidas através de atividades estratégicas, muitas delas previstas nos escopos dos projetos executados, ou ainda em atividades institucionais (internas, com participação dos principais parceiros do MOC).

E embora haja as citadas redes informais, a Arco Sertão Central e a COOPEREDE são as entidades prioritárias das ações do MOC, pois, ambas agregam um número expressivo de empreendimentos, sendo estes, cooperativas singulares (no caso da Arco Sertão Central), e grupos informais compostos exclusivamente por mulheres (no caso da COOPEREDE).

A Arco Sertão Central realiza grande parte da sua comercialização por meio dos mercados institucionais, especialmente por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no qual, em 2023, comercializou um montante de R\$ 1.318.454,47. A Arco Sertão Central também mantém a comercialização no mercado convencional por meio de um ponto fixo de Comercialização no Shopping Serrinha, na qual comercializou cerca de R\$ 200.000,00 em 2023.

A COOPEREDE por sua vez, comercializou R\$ 181.095,15 por meio do PNAE Estadual. A entidade também celebrou contrato de comercialização através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra com Doação Simultânea, num valor de R\$ 148.500,00, além de ter comercializado R\$27.862,05 de um contrato anterior. E por fim, a entidade também presta serviços de alimentação, e no ano de 2023, no qual foram comercializados cerca de R\$ 456.507,50. Neste ponto, é importante destacar o fornecimento de alimentação durante a Feira Baiana de Agricultura Familiar e Economia Solidária (FEBAFES).

Já mencionadas anteriormente, as Feiras Agroecológicas e os Pontos Fixos de Comercialização também representam importantes iniciativas para a diversificação das oportunidades de comercialização dos produtos dos agricultores e agricultoras familiares, estas experiências são geridas por estes sujeitos, sendo as Feiras Agroecológicas estruturas autogestionárias, e os Pontos Fixos de Comercialização geridos por empreendimentos formais em seus respectivos municípios.

Além disso, no decorrer do ano, o MOC apoiou ou realizou diversas Feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária, que foram de grande importância para a divulgação, a valorização e comercialização daquilo que é produzido por estes grupos (agricultores/as familiares e empreendedores da economia popular e solidária).

“Participar da Feira Territorial foi incrível, compartilhar nosso trabalho, do processo ao produto, e ver o interesse das pessoas foi gratificante. A proposta do MOC de destacar cada agricultor com fotos emocionou, e o reconhecimento veio com vendas expressivas. Parabéns à equipe pelo desempenho notável.” (Ticiane Mirele de Jesus dos Santos, 21 anos – Sobradinho Irará/BA, sobre a Feira Territorial realizada no âmbito do Projeto Incluir e Produzir para o Bem Viver).



Foto: Arquivos MOC – Feira Agroecológica

No ano de 2023 o PFEES iniciou ações em parceria com o Programa de Água, Produção de Alimentos e Agroecologia, por meio da “Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Biomas” nos Territórios da Bacia do Jacuípe e do Sisal, com o intuito de fomentar nas comunidades atendidas pela ATER o acesso aos mercados com a finalidade de contribuir com a comercialização da produção dos agricultores e agricultoras familiares. Esta parceria ocorre nos municípios Araci, Barrocas, Biritinga, Nova Fátima, Pé de Serra, Riachão do Jacuípe, Santaluz, Serra Preta, Teofilândia.

Alguns dos resultados mais relevantes do eixo Acesso à Mercados foram:

- Aprimoramento nas práticas de definição de preços dos produtos dos empreendimentos fomentado pela realização de atividades para a orientação quanto ao processo de precificação dos produtos, realizado por meio de visitas a alguns empreendimentos dos projetos Bahia Produtiva e Incluir e Produzir para o Bem Viver;

- Ampliação das perspectivas de acesso a mercados pelos EES em decorrência da realização de atividades para a orientação quanto ao processo de análise de oportunidades de mercado, fomentada pela realização de visitas em alguns dos empreendimentos do projeto Bahia Produtiva;

- Elaboração de 19 propostas para o Programa de Aquisição de Alimentos, totalizando um valor de R\$ 3.361.338,79, com um público de 15.017 beneficiários consumidores, e 303 beneficiários fornecedores, além de termos contribuído com a elaboração de proposta para a Cooperativa de Trabalho dos Agricultores Familiares de Quijingue e Semiárido (COOFAQS);

- Elaboração de propostas para captação de recursos através de edital de Equidade de Gênero da Brazil Foundation, em especial para empreendimentos do projeto Bahia Produtiva;

- Suporte na elaboração de Propostas para o Programa Nacional de Alimentação Escolar em diversos dos empreendimentos acompanhados;

- Ampliação da oferta e qualificação dos produtos elaborados pelas entidades atendidas pelo programa, que foram fomentados por meio da realização de cursos de para a qualificação e a diversificação da produção, realizados por meio de 10 cursos coletivos no projeto Incluir e Produzir para o Bem Viver, além de terem sido realizados por meio de visitas técnicas e encontros comunitários em alguns dos empreendimentos do projeto Bahia Produtiva;

- Realização de atividades para a discussão/orientação quanto à temática Fundos Rotativos Solidários com o intuito de fortalecer as iniciativas produtivas nas comunidades, por meio de visitas técnicas realizadas no projeto Bahia Produtiva;

- Realização de atividades para a discussão/orientação quanto à implementação de um modelo de negócio social por meio da metodologia CANVAS, por meio de visitas técnicas e ou encontros comunitários realizados no projeto Bahia Produtiva.

- Discussão de temáticas relevantes para a ampliação das oportunidades de mercado, como, Sistema Participativo de Garantias (SPG), realizadas por meio de atividades do projeto Bahia Produtiva.

- Realização de atividades com o intuito de estimular a participação dos empreendimentos no Programa de Aquisição de Alimentos, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, este estímulo ocorreu especialmente no desenvolvimento de atividades dos projetos Incluir e Produzir para o Bem Viver, e Bahia Produtiva.

- Oficinas sobre a utilização de ferramentas de comunicação, realizadas nos âmbitos das atividades dos projetos Bahia Produtiva e Incluir e Produzir para o Bem Viver.

Incidência Política

As ações desenvolvidas com o propósito de atingirmos o proposto no objetivo específico “Incidência Política”, são realizadas primariamente pelos membros da equipe técnica, que visando cumprir este importante objetivo, estão inseridos em diversos espaços de debate, proposição/construção, e implementação/avaliação de políticas públicas essenciais para o desenvolvimento sustentável do meio rural. Além dos técnicos, o MOC também fomenta a participação das Redes assessoradas pela entidade (Arco Sertão Central e Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia), pois entendemos que os agricultores e agricultoras são sujeitos detentores de direitos, e portanto, são protagonistas de suas histórias, e desta forma, é essencial que estejam representados nestes espaços, para que assim, as políticas públicas destinadas aos agricultores e agricultoras familiares aprimorem-se e tragam melhores resultados de acordo com as realidades nas quais estes homens e mulheres estão inseridos.

Por isso, hoje, a equipe do MOC e os representantes destas redes estão inseridos nos espaços que consideramos importantes de serem ocupados com o intuito de fortalecer a agricultura familiar e a economia solidária, como: Fórum Baiano de Economia Solidária (FBaES), Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES), Colegiado Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia, Colegiado Regional de Desenvolvimento Territorial do Portal do Sertão da Bahia, e Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Conselhos Municipais de Assistência Social, Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente, Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselhos Municipais da Mulher, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, Conselho Municipal do FUNDEB.

Além das participações nos espaços acima citados, a equipe do PFEES participou ativamente na realização das Conferências e/ou Plenárias Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional em diversos municípios como: Lamarão, Biritinga, Barrocas, Serrinha, Santa Bárbara, Santanópolis, Ichu e Candéal.

IV - CONCLUSÕES: RESULTADOS E PERSPECTIVAS

O ano de 2023 foi um momento de conclusão do ciclo de três importantes projetos executados pelo Programa de Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários (PFEES) do Movimento de Organização Comunitária (MOC) e busca por outras oportunidades para darmos continuidade na contribuição para o alcance do objetivo estratégico do programa: “Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) da Agricultura Familiar e de comunidades tradicionais dos municípios da área de abrangência do MOC, atuando na perspectiva de uma Economia que seja justa, inclusiva e solidária, articulados em redes e organizados nos processos de gestão, produção, beneficiamento, divulgação e comercialização, fortalecendo a convivência com o semiárido”.

No ano de 2023 findamos a execução de três importantes projetos que se alinhavam com tal objetivo, que contribuíram ao longo de suas execuções com o processo de estruturação e fortalecimento de cadeias produtivas desenvolvidas pelos empreendimentos, em alguns casos, estes projetos permitiram investimentos desde a base produtiva até a agroindustrialização, culminando na qualificação da produção e na ampliação da comercialização dos produtos das comunidades beneficiárias.

Assim, foram desenvolvidas ações condizentes com as características das comunidades atendidas pelo MOC, buscando sempre alinhar estas atividades e os resultados esperados destas, aos objetivos propostos pelos projetos. Desta forma, foram tratadas nas atividades desenvolvidas pela equipe do PFEES, desde a estruturação e planejamento produtivo, ao processo de beneficiamento, melhoria da produção (qualidade dos produtos), oferta regular, comercialização e consolidação sustentável das iniciativas beneficiárias dos projetos.

Desta forma, as ações da equipe contribuíram de modo significativo na transformação das realidades das comunidades, tanto nos aspectos produtivo e comercial, bem como nos aspectos sociais, pois, como já mencionado na discussão do primeiro objetivo específico, a produção e a comercialização de gêneros alimentícios da agricultura familiar têm um grande impacto no combate à insegurança alimentar e nutricional enfrentada pelo país na atualidade.

No decorrer do ano de 2023, foram desenvolvidas diversas atividades de gestão com intuito de contribuir com a aprimoramento das práticas gerenciais dos empreendimentos atendidos, além daquelas para a elaboração de projetos de comercialização, aplicação de diagnósticos situacionais dos empreendimentos, monitoramento e atualização dos planos de ação dos empreendimentos; entre outras atividades.

Podemos destacar a realização de cursos de qualificação e diversificação da produção nos empreendimentos atendidos. Que foram visualizados pelas beneficiárias do projeto como importantes iniciativas para o aprimoramento e inserção de produtos entre as opções de comerciais de seus empreendimentos.

“Só tenho a agradecer por cada história vivida no projeto, pelos conhecimentos adquiridos em capacitações e feiras. Mulheres descobriram o

valor de produzir e vender, envolvendo jovens. O MOC, com seus avanços, é um impulso para a comunidade. Gratidão a todos, especialmente à técnica Zenaide.” (Aloisia Souza Gonçalves Dias, 40 anos – Santanópolis/BA).

Outras atividades de relevância foram os apoios e as realizações de Feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária, nas quais foram oportunizadas a comercialização e a exposição dos produtos elaborados pelos participantes dos empreendimentos atendidos.

Durante o ano de 2023, o programa encontrou alguns desafios, entre eles:

- A finalização de um grande número de projetos executados pela equipe, que de certo impacta negativamente na continuidade do atingimento dos objetivos do programa, caso não haja novos projetos a serem executados no curto prazo;

- As dificuldades encontradas para a emissão do Cadastro da Agricultura Familiar, já discutido anteriormente, e que representa uma vulnerabilidade para a continuidade das políticas públicas destinadas à agricultura familiar, uma vez que o número de indivíduos aptos a participarem destas políticas públicas vem sendo reduzido em decorrência da dificuldade da emissão do documento;

- A descontinuidade/redução do acompanhamento das comunidades, ao menos que temporariamente, enquanto há um intervalo até que haja novos projetos a serem executados;

- A necessidade de intervirmos em alguns dos Conselhos Municipais de Alimentação Escolar na busca da efetivação da compra direta da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, tendo em vista que em alguns casos, não é cumprida a aquisição de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo governo federal, como preconiza a Lei 11.947/2009;

- Faz-se necessário que o programa desenvolva estratégias e métodos que nos permitam mensurar alguns resultados “na ponta”, ou seja, quais impactos

socioeconômicos (mensuráveis) as ações do programa ocasionam ou colaboram para que ocorra na vida das famílias;

- Além disso, embora sejam conhecidos alguns casos manifestos de ações solidárias nos empreendimentos acompanhados pelo projeto, é importante também que busquemos meios de sistematizar/registrar estas ocasiões.

Desta forma, é necessário que busquemos meios para superar estas dificuldades, especialmente aquelas que dizem respeito à efetivação das políticas públicas destinadas à agricultura familiar, por isto, a equipe técnica, juntamente com os empreendimentos assessorados e seus respectivos integrantes, devemos discutir e implementar estratégias que mitiguem estas dificuldades.

Quanto às perspectivas, esperamos que, continuem surgindo oportunidades que nos permitam desenvolver e atingir os nossos objetivos, explorando também novos ambientes, como no atendimento a empreendedores urbanos através de projetos como o Vida Melhor Urbano, com perspectivas de ser iniciado no ano de 2024.

MAPEAMENTO DE ATIVIDADES REALIZADAS E CARACTERIZAÇÃO DE PARTICIPANTES

ÁREA PROGRAMÁTICA: Programa de Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários

ATIVIDADES REALIZADAS	NÚM DE ATIVIDADES	QUANT PARTICIPANTES	SEXO	
			FEM	MAS
Visitas Técnicas Coletivas (Bahia Produtiva/CAR)	53	207	112	95
Encontro Comunitário (Bahia Produtiva/CAR)	26	509	330	179
Oficina de formação em gestão associativa/cooperativa (Bahia Produtiva/CAR)	8	52	25	27
Oficinas municipais para construção de utensílios alternativos para os manejos da avicultura caipira (Projeto "Avicultura Caipira: difusão tecnológica e inclusão socioprodutiva"/BNB)	05	100	78	22
Dias de campo sobre manejo agroecológico preventivo e curativo de pragas e doenças da avicultura caipira (Projeto "Avicultura Caipira: difusão tecnológica e inclusão socioprodutiva"/BNB)	05	50	32	18
Oficinas municipais sobre gerenciamento da propriedade com foco principal na produção da avicultura caipira (Projeto "Avicultura Caipira: difusão tecnológica e inclusão socioprodutiva"/BNB)	02	40	31	9
Oficina de boas práticas de fabricação (Projeto "Avicultura Caipira: difusão tecnológica e inclusão	01	20	11	9

socioproductiva"/BNB)				
Visitas técnicas comunitárias para a difusão e implementação de técnicas inovadoras para o manejo agroecológico sanitário e produtivo da avicultura caipira (Projeto "Avicultura Caipira: difusão tecnológica e inclusão socioproductiva"/BNB)	20	96	72	24
Reunião com equipe de planejamento para as sistematizações e revisão das experiências e técnicas inovadoras dos/as agricultores/as familiares (Projeto "Avicultura Caipira: difusão tecnológica e inclusão socioproductiva"/BNB)	01	10	8	2
Encontro de replanejamento do projeto com instituição territorial e agricultores/as familiares (Projeto "Avicultura Caipira: difusão tecnológica e inclusão socioproductiva"/BNB)	01	20	12	8
Produzir e divulgar vídeo-aulas educativas com práticas alternativas para produção de forragens (Projeto "Avicultura Caipira: difusão tecnológica e inclusão socioproductiva"/BNB)	01	5	2	3
Curso de Melhoria e Diversificação da Produção (Projeto Incluir e Produzir para o Bem Viver/SETRE)	10	231	222	9
Feira Territorial (Projeto Incluir e Produzir para o Bem Viver/SETRE)	01	30	28	2
Encerramento e avaliação final (Projeto Incluir e	01	32	30	2

Produzir para o Bem Viver/SETRE)				
Atualização do Diagnóstico (Projeto Incluir e Produzir para o Bem Viver/SETRE)	15	84	79	5
Monitoramento e Atualização do Plano de Ação (Projeto Incluir e Produzir para o Bem Viver/SETRE)	15	152	134	18
Visitas para a Elaboração de Projetos de Comercialização (Projeto Incluir e Produzir para o Bem Viver/SETRE)	30	204	182	22
Cursos de Gestão do empreendimento (Projeto Incluir e Produzir para o Bem Viver/SETRE)	15	152	139	13
Encontros de Estratégias em Redes (Projeto Incluir e Produzir para o Bem Viver/SETRE)	03	110	89	21
Mostra fotográfica (Projeto Incluir e Produzir para o Bem Viver/SETRE)	01	50	48	2
Encontros Regionais sobre produção agroecológicas e acesso à mercados (ActionAid)	02			

**PROGRAMA
DE ÁGUA PRODUÇÃO
DE ALIMENTOS E
AGROECOLOGIA**

PAPAA



PROGRAMA DE ÁGUA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E AGROECOLOGIA (PAPAA)

I - INTRODUÇÃO

O Programa de Água, Produção de Alimentos e Agroecologia - PAPAA, tem como seu objetivo estratégico: Famílias, comunidades da área de atuação do MOC, fortaleçam a segurança alimentar nutricional e diversifiquem sua produção, através da incidência política e da implementação de processos e práticas agroecológicas de convivência com o Semiárido, em parceria com as organizações da sociedade civil.

O ano de 2023 foi um ano em que mudanças significativas ocorreram, houve o retorno de importantes políticas públicas sociais, possibilitando o início de conjuntura favorável para que o programa pudesse concretizar junto às famílias e comunidades ações que corroboram com seu objetivo. As mudanças que são em sua maioria estruturantes, fortalecem a agricultura familiar e contribuem para a erradicação da Fome e da pobreza.

Foi necessário, intensificar a atuação junto a espaços de incidência política. Por outro lado, é de se ressaltar que os municípios de sua área de atuação, passaram por um longo período de estiagem, que voltou a castigar muitas comunidades. Deste modo foi necessário continuar o diálogo e fortalecer parcerias com as organizações coletivas e populares, com comunidades e famílias que almejavam ampliação de acesso aos direitos, e medidas emergenciais para a situação.

O Programa retomou ações antes extintas, como a implementação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva – cisternas de placas de cimento - de 16.000m³ destinadas a contribuir com o estoque de água de beber e cozinhar para famílias. Começou a desenvolver assistência técnica e extensão rural especificamente para mulheres, continuou com assessoria técnica a unidades produtivas de famílias voltadas a valorização do bioma caatinga, realizou ações de Assistência Técnica a sistemas de dessalinização de água, e houve ainda a continuidade das ações de Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR em comunidades e povos tradicionais.

Foram vivências e experiências de reflexões e troca de saberes, entre comunidades, famílias, grupos coletivos, organizações populares com temáticas variadas desde agroecologia/ processo de transição agroecológica, organização e controle da produção na propriedade, fortalecimento de sistemas coletivos e comunitários de produção de água doce e ampliação do conhecimento quanto ao saneamento básico rural.

Foi um ano de fortalecimentos e, principalmente, um ano em que concretizar o objetivo geral do programa ficou ainda mais possível, por um contexto político favorável, com gestão pública federal, voltada a garantir bem-esta social da população, as ações do programa possibilitou conservação e multiplicação das práticas de convivência com semiárido e da agroecologia, ampliando e fortalecendo a soberania e segurança alimentar nutricional e geração de renda para a agricultura familiar.

Nos dados a seguir, apresentaremos por onde o PAPAA atuou em 2023; territórios, municípios comunidades e as ações desenvolvidas que contribuem para o bem viver no sertão baiano.

Relação dos Territórios e municípios de atuação:

- ✓ **Território do Sisal:** Quijingue, Araci, Teofilândia, Barrocas, Biritinga, Barrocas, C. do Coité, Retirolândia, Santaluz, Nordestina Cansanção, Serrinha, Monte Santo, Itiúba e Queimadas;
- ✓ **Território Bacia do Jacuípe:** Ipirá, Serra Preta, Nova Fátima, Riachão do Jacuípe, Pé de Serra, Capela do Alto Alegre, Gavião, Mairi, Pintadas, Ipirá e Baixa Grande;
- ✓ **Território Portal do Sertão:** Feira de Santana e Serra Preta;
- ✓ **Território Recôncavo** – Castro Alves e Cabaceiras do Paraguaçu;
- ✓ **Território de Litoral Norte e Agreste Baiano** - Itapicuru e Crisópolis;
- ✓ **Território Piemonte da Diamantina** – Mirangaba, Ourolândia e Umburanas.

O programa de Água, Produção de Alimentos e Agroecologia – PAPAA atua com luz a missão da instituição, e busca contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades e suas famílias, em especial atenção, as que encontram se em situação de vulnerabilidade social, povos e comunidades tradicionais.

II - OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PAPAA

Objetivo específico 01 - Contribuir para a universalização do acesso a água de consumo familiar e ampliar o acesso à água em escolas do campo.

Objetivo específico 02 - Fortalecer o empoderamento dos/as agricultores/as e comunidades através do processo de assessoria técnica

sistemática, ampliando a cultura do estoque para a convivência com o Semiárido na perspectiva da agroecologia.

Para o alcance de seus objetivos específicos fez-se necessário e fundamental a articulação em redes nos territórios e municípios, integração em conselhos, como o Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável - CODETER, no Fórum Baiano de Agricultura Familiar - FBAF, na Articulação de Agroecologia da Bahia - AABA, no Conselho de Segurança Alimentar Nutricional e na rede Feminista de Agroecologia. Nestes espaços refletimos medidas necessárias para mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, que se agravaram, com a longa estiagem, que comprometeu a vida das comunidades rurais e seus rebanhos, colocando muitas famílias em Insegurança Alimentar Nutricional e Insegurança Hídrica. Pautamos ações emergenciais para populações em estado de vulnerabilidade social, que foram no último governo federal desassistidas, famílias sem meios de estoque de água, sem possibilidades concretas de produção e acesso aos alimentos.

Este cenário começa a mudar no último semestre de 2023, quando os governos federal e estadual alinham ações de enfrentamento a fome e a extrema pobreza, com isso as ações do programa começam a redesenhar se, em virtude do retorno de investimentos públicos para a população, favorecendo acesso a alimentos e meios para produção.

Em nossas atividades que correspondem a cada objetivo específico, destacaremos as que foram significativas para que famílias e comunidades tivessem direitos como água, acessória técnica, assistência técnica, reconhecimento de áreas de Povo e Comunidades tradicionais- PCT, estratégias de resiliências as mudanças climáticas com implantação de novas tecnologias

sociais de reuso das águas fortalecendo a agricultura familiar e acesso ao Direito Humano a Alimentação.

III – AS ATIVIDADES REALIZADAS

Objetivo específico 01 - Contribuir para a universalização do acesso a água de consumo familiar e ampliar o acesso à água em escolas do campo.

O PAPAA buscou firmemente atingir estes seu objetivo, embora estivesse convivendo com fortes momentos de Insegurança Alimentar e Hidrica em meio às pessoas e famílias por ele trabalhadas, fruto da ausencia de politicias para este setor. Em espaços de articulação em rede o programa integrou grupos de debates onde medidas de mitigação dos efeitos da estiagem foram pautadas e apresentadas ao estado. Nos municípios, colaboradores atuaram nos conselhos municipais, dialogando sobre as demandas necessárias para que comunidades e famílias tivessem menos prejuízo no campo da produção e do acesso ao abastecimento de água regular.

O Programa buscou também continuar buscando estratégias de convivência com o semiárido e já contanto com anuncio do bom tempo, a chegada das chuvas, que devolve a possibilidade de vida no semiárido, novas parcerias foram pactuadas e ampliadas com ações desenvolvidas pelo programa, O saneamento rural, que antes dentro da entidades, era resumido pela implantação de reuso das águas cinzas, amplia se para reuso total das águas, dentro de um amplo debate que contribui para com os objetivos de Desenvolvimento Sustentável, atuando diretamente com resiliências hídricas, e ampliação de possibilidade de estoque e reuso das águas. Em parcerias já antes, consolidadas com a Secretária de Desenvolvimento Rural – SDR via Companhia

de desenvolvimento e Ação Regional - CAR, atuou em ações relativas ao acompanhamento do monitoramento da gestão partilhada e coletivas dos sistemas de dessalinização de água que integram o Programa Água Doce (PAD). Nesses municípios realizou acompanhamento aos sistemas de dessalinização de águas com assistência técnica e social, refletindo a oferta dos sistemas simplificados de maneira segura. Ainda nessa parceria foram realizadas visitas às famílias contempladas com tecnologias sociais de captação e armazenamento de água para consumo humano, com intuito da orientação as pessoas para a gestão e uso adequado da água armazenada nas cisternas.

Chegando ao final de 2023, em Parceira com a Associação Programa 1 Milhão de cisternas rurais – AP1MC o MOC através do PAPAA inicia a execução de implementação de tecnologia social de captação e armazenamento de água das chuvas, com a construção de cisternas de placas com capacidade 16.000m³. Uma ação que envolve a sociedade civil frente as comissões executivas municipais para a identificação de comunidades e famílias em situação de vulnerabilidade Hídrica.

Destacamos alguns resultados do programa em 2023:

- ✓ 101 sistemas de dessalinização de água em comunidades rurais de três territórios de identidade da Bahia – Sisal, Bacia do Jacuípe e Piemonte da Diamantina com visitas Técnica e social realizados, com vista a assegurar o bom desempenho do sistema de dessalinização de água e o controle social por parte das comunidades via grupos gestores;
- ✓ 100 pessoas que integram os comitês municipais de recursos hídricos e grupos gestores de sistemas simplificados de água, partilharam experiências sobre gestão partilhada e coletiva do sistema de

- dessalinização e alternativas de resiliência hídrica nos municípios de Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe, Nova Fatima, Quijingue e Araci;
- ✓ 264 propriedades rurais com tecnologias de captação de água das chuvas por meio das cisternas de placas de cimento destinadas a estoque de água para consumo humano visitadas / vistoriadas com orientação as famílias quanto ao bom uso e manutenção dessas tecnologias;
 - ✓ 04 municípios dos territórios do sisal e bacia do Jacuípe mobilizados para junto com o MOC executar as ações do Programa 1 Milhão de cisternas rurais;
 - ✓ 60 famílias selecionadas para integrem o Programa 1 Milhão de cisternas rurais nos municípios de Biritinga e Teofilândia.



Ao observar os resultados vislumbramos que os avanços começam a acontecer nesse objetivo já no final do primeiro semestre. A caminhada sai de

apenas assistência técnica a sistema de dessalinização de água, e visitas de assessoria técnica a tecnologias de captação e armazenamento de água para consumo, para implantação de tecnologias sócias para captação de água das chuvas para consumo, dentro de um processo coletivo de execução com as comissões executivas municipais – CEM que são formadas pelos movimento sociais dos municípios, e que desenvolvem o papel de auxiliar na busca ativa de famílias em situação de vulnerabilidade hídrica e integra- las ao processo do Programa 1 Milhão de cisternas. Logo em seguida, uma outra ação estratégica existente no PAPAA, refere –se, a ações diretas de fomento à produção com assessoria técnica sistemática a comunidades e famílias com foco a contribuir com disseminação da convivência com o semiárido a partir da agroecologia.

Objetivo específico 2:

Fortalecer o empoderamento dos/as agricultores/as e comunidades através do processo de assessoria técnica sistemática, ampliando a cultura do estoque para a convivência com o Semiárido na perspectiva da agroecologia.

Esta área programática trata como foco principal a oferta de assessoria as famílias agricultoras, comunidades e as organizações sociais parceiras nos diversos municípios de atuação para potencializar seu processo produtivo. Buscando a relação entre produção agroecológica, consumo de alimentos saudáveis e a comercialização, através das formações, intercâmbios e do acesso as políticas públicas fortalecendo os caminhos para o bem viver das famílias agricultoras familiares e comunidades. Para isso vale destacar as diversas relações de parcerias com intuições presentes nos municípios , tais como Sindicato das/os Trabalhadoras/Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar, Associação dos Agricultores Familiares – APAEB's, Movimento de Mulheres

Trabalhadoras Rural - MMTR, Associações Comunitárias, Cooperativas, grupos organizados de produção, agências de crédito cooperativo, o poder público municipal através, principalmente, das secretárias da agricultura e meio ambiente e da ação social, como também contamos com estreita parceria do poder público estadual por meio do escritórios territoriais e diretamente com as diversas secretarias estaduais que tenham temáticas em comum com nossa missão. Isso, igualmente, se replica na esfera federal. Outro ponto a se destacar é nossa participação ativa em redes e articulações coletivas como a Articulação do Semiárido Brasileiro-ASA, Articulação de Agroecologia na Bahia- AABA e do Fórum Baiano da agricultura Familiar-FBAF entre outros que viabilizaram e potencializaram nossas ações.

O ano de 2023 foi marcado pela reconstrução de políticas públicas que vinham sendo negligenciadas, em especial as que incluem homens, mulheres e jovens do campo. Esse novo cenário recoloca as ações da prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural na perspectiva da organização das mulheres e das famílias agricultoras familiares e das suas organizações locais, remetido à estruturação produtiva e articulação de políticas públicas para fortalecimento da agricultura familiar.

As ações diretamente com a assessoria técnica e extensão rural, através da Chamada Pública Agroecologia, teve em 2023 o seu último ano de execução. Nesse contexto as ações continuaram a contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias e suas respectivas comunidades, respeitando suas especificidades, baseada na construção coletiva do conhecimento, com foco na transição agroecológica, da convivência com o clima semiárido. Neste ano iniciamos as ações do projeto de Ater Bioma Caatinga, objetivando atuação frente aos impactos negativos causados pelas mudanças climáticas, pautado na

colaboração dos serviços de Ater nas perspectivas coletivas e individuais das famílias, com vista a produção de alimentos para autoconsumo, cuidado com o meio ambiente e a geração de renda pelos mercados justos e solidários.

Nessa linha estratégica de atuação, no ano de 2023, o MOC, através do PAPAA realizou ações nos territórios Bacia do Jacuípe e Sisal que geraram os seguintes resultados:

- ✓ 54 Atualizações da Caracterização da Unidade Produtiva Familiar, através de uma metodologia e ferramentas que promovessem uma maior capacidade de participação e extração de informações necessárias a identificação dos desafios e potencialidades das UPFs, com enfoque ao trabalho produtivo desenvolvido pelas mulheres;

- ✓ 01 Realização de Seminário de Monitoramento e Avaliação Intermediário- cujo objetivo principal debater os impactos das mudanças climáticas e a Agroecologia, buscando refletir as ações e práticas do serviço da Ater Agroecologia;

- ✓ 15 atividades coletivas com duração de 8 horas. Estas atividades foram trabalhadas a partir do diagnóstico de demandas específicas de cada realidade e dos processos comunitários de busca para o melhor desenvolvimento local. Atendendo os acordos e as demandas levantadas na comunidade pela as famílias no planejamento da ação;

- ✓ 05 atividades coletivas de 16 horas. Buscamos realizar com a participação da equipe da chamada de ATER para que todos pudessem se apropriar do conteúdo e metodologia desenvolvida pelo MOC, havendo desta forma a troca de experiência entre a equipe e as famílias participantes. Trabalhamos com diversas temáticas. Considerando sempre as demandas oriundas dos municípios e das suas respectivas comunidades, dando enfoque a participação e pauta de gênero e juventude;

- ✓ 10 atividades coletivas de 24 horas. Foram organizadas na sequência de outras anteriormente realizadas e tomaram como referência inicial os temas, questões e problemas já levantados e encaminhados nas atividades planejamento comunitário de maneira que se possa construir uma dimensão processual de ação;
- ✓ 02 Estudo de Casos - objetivando aplicação de metodologias e ferramentas – objetivando LUME: Método de Análise Econômico-Ecológica de Agroecossistemas;
- ✓ 01 Estudo de Caso comunitário objetivando aplicação de metodologias e ferramentas – objetivando LUME: Método de Análise Econômico-Ecológica, na comunidade;
- ✓ 54 Mulheres utilizando a Caderneta agroecológica, anotando o que produzem, consomem, vendem, doam ou trocam e tendo visibilidade do que elas geram na UPf, além de contribuir para tomada de consciência sobre a importância do trabalho delas próprias;
- ✓ 36 famílias participaram dia de Campo para diálogo sobre implantação do sistema de reuso das águas cinzas;
- ✓ 396 famílias tiveram atualização Diagnóstico da UPF, a fim de ter comparativos de evolução ou não, e também redirecionamento das ações do acompanhamento das atividades desenvolvidas na UPF;
- ✓ 01 seminário de Avaliação final – com objetivo de identificar os principais avanços e resultados ao longo dos 3 (três) anos de Assessoria Técnica Agroecológica;
- ✓ 12 Famílias participando e comercializando seus produtos através do PNAE, comercializando um montante de recursos no valor de R\$ 291. 945,00 (duzentos e noventa e um reais e novecentos e quarenta e cinco reais) no município de Retirolândia;

✓ 11 Famílias acessaram crédito, destinado a melhoria de infraestrutura, sisal e dos criatórios, tais como: Plantio do Sisal, Bovino, Ovino, reforma de cerca;

✓ 57 famílias acessaram ao programa de seguro safra, circulando um montante de recursos no valor de R\$ 450.000,000 (quatrocentos e cinquenta mil reais), nas mãos das famílias agricultoras, nos municípios de Conceição do Coité, Pintadas e Baixa Grande.

Até aqui foram descritas as atividades realizadas no contexto do Projeto Ater Agroecologia, como já referido, em seu último ano de execução. Em seguida pontuaremos as ações desenvolvidas pelo Projeto Ater Biomas, e Ater para Mulheres.

✓ 11 Reuniões de Articulação Com Parceiros Locais – Atividade de cunho inicial do projeto com apresentação dos objetivos e metas do projeto Ater Biomas para parceiros municipais;

✓ 1080 Cadastros do grupo familiar – Atividade posterior às articulações grupais de escolha das comunidades e busca ativa das possíveis famílias a serem beneficiadas com as ações, aqui se realizou o cadastro inicial do grupo familiar;

✓ 1080 Diagnósticos/caracterização da unidade produtiva familiar – Etapa posterior ao cadastro do grupo familiar, nesta etapa se caracterizaram-se os agroecossistemas identificando desafios e potencialidades da unidade de produção;

✓ 1080 Planos produtivos da UPF – Nesta etapa, foi realizada a etapa de planejamento da propriedade, equipe técnica conjuntamente com a família identificando as ações necessárias para o desenvolvimento sustentável das unidades produtivas familiares, definido as metas, responsabilidades, recursos

necessários e espaço temporal de execução destas;

✓ 40 Diagnósticos comunitários participativos – Ação de identificação das potencialidades, desafios, oportunidades existentes em cada comunidade de ação do projeto, aqui se pensa o projeto no âmbito coletivo, projetando ações de desenvolvimento comunitário tais como a definição das atividades e temáticas a serem trabalhadas;

✓ 40 Reuniões de socialização do diagnóstico comunitário participativo – O trabalho realizado coletivamente na etapa anterior foi sistematizado e apresentado a comunidade, para que os participantes pudessem fechar o Plano de Ação Comunitário para o período de execução do projeto, passível de mudanças no decorrer dos anos;

✓ 20 Dias de campo grupal – Atividades de cunho coletivo onde se começa a executar o plano de ação da comunidade, foram trabalhados os diversos sistemas produtivos e temáticas de interesse da coletividade com adoção de técnicas e manejos produtivos de forma que possam melhorar as atividades desenvolvidas e geradoras de renda;

✓ 1.080 Visita técnica as UPFs – Com a realização desta atividade começou-se a executar o Plano de Ação da Unidade de Produção Familiar, colocando em execução o planejamento das famílias, trabalhando os diversos subsistemas existentes na diversidade da agricultura familiar;

✓ 01 Reunião com organizações parceiras para apresentação do projeto - Ater para Mulheres, com vista o fortalecimento da agroecologia, da produção de alimentos saudáveis;

✓ 04 Reuniões de mobilização e seleção das beneficiárias para participarem do projeto e com isso terem em suas propriedades assistência técnica sistemática;

- ✓ 30 Visitas de diagnóstico e caracterização da UFPA – com vistas a dialogar e junto com as mulheres planeja as ações a serem realizadas na propriedade;
- ✓ 264 visitas para vistoria e assessoria técnica as famílias detentoras de tecnologias de água para produção de alimentos - cisternas e barreiros com diálogo sobre a boa gestão da água para produção de alimentos e conservação das tecnologias;
- ✓ 42 Oficinas de Mobilização em comunidade quilombolas – Atividade inicial em comunidades remanescentes de quilombos com intuito da sensibilização da comunidade para o processo de regularização ambiental das comunidades;
- ✓ 38 Coleta de Dados Geoespaciais de Comunidade Quilombolas – Atividade realizada a posteriori à mobilização, ação que visa a coleta de dados geográficos de localização espacial e de uso da terra das comunidades quilombolas, para em seguida ser realizado o cadastramento nos sistemas específicos para aquisição do Cadastro Ambiental Rural coletivo;
- ✓ 42 Coleta de Dados Sociais de Comunidades Quilombolas – Ação para coleta de dados sociais de composição dos grupos familiares e demais dados coletivos necessários a alimentação dos sistemas de gerenciamentos dos cadastros ambientais comunitários;
- ✓ 24 Inserção de dados relativos ao Cadastro Ambiental Rural das comunidades quilombolas em sistema específico – Ação de preparação dos mapas de uso do solo das comunidades, organização documental e lançamento no sistema estadual informação ambiental, com sincronização no sistema nacional do cadastro ambiental rural – CAR;
- ✓ 02 Construções de Sistemas de Reuso de Águas Cinzas – Construção junto a duas famílias do município de Nova Fátima de sistemas simplificados para o reuso de águas usadas, as águas cinzas, para uso posterior, pós

tratamento, na produção de alimentos;

- ✓ 4 municípios dos territórios do sisal e bacia do Jacuípe mobilizados para junto com o MOC executar as ações no campo das Políticas de segurança hídrica, saneamento rural, conservação e recuperação dos bens naturais (recaatingamento) corroborando para o alcance da Agenda 2030.



Arquivo MOC: Sistema de águas cinzas

Para além da Ater direta, demos continuidade a ações apoiada pela a Rede Ater Nordeste de Agroecologia, onde conseguimos promover a socialização, aprimoramento e construção permanente de conhecimentos, e estimulando a

experimentação, compartilhamento de informações, abordando os impactos sociopolíticos, técnicos, econômicos e ecológicos (LUME), entre agentes técnicos e as famílias agricultoras. Com apoio da rede ATER Nordeste de Agroecologia pudemos realizar uma pesquisa-ação, em uma comunidade e dois agroecossistemas, objetivando a construção conjunta do conhecimento, transformando as pessoas participantes em protagonistas, através de uma abordagem participativa, garantindo que todos envolvidos pudessem construir, elaborar e reformular suas relações individuais e coletivas, com foco na sua própria história de vida. Este momento não apenas informou sobre os desdobramentos da pesquisa, mas também enfatizou a importância do engajamento coletivo/individual para a promoção da agroecologia e o bem-estar da comunidade e das famílias, desempenhando um papel fundamental para repensar a metodologia, ferramentas e instrumentos para inovação da abordagem da Ater.

Uma outra estratégia muito importante foi o uso das cadernetas agroecológicas na abordagem dos serviços de Ater para 10% do público assessorado, ou seja, 54 mulheres. Com essa ação buscamos mensurar dados e dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas mulheres nas Unidades Produtivas Familiares. A partir do hábito de anotar, as mulheres compreenderam a importância de sua contribuição na produção e na geração de renda familiar, contribuindo desta forma, para promoção de autonomia destas mulheres. Tendo como resultados auferidos na pesquisa a confirmação da diversificação da produção, a venda e o autoconsumo, reconhecimento e visibilidade do trabalho da mulher; melhoria da autoestima por conta da sua autonomia. Esses dados revelaram impactos surpreendentes para as mulheres envolvidas e também para equipe do projeto, sendo mais um instrumento necessário e importante na abordagem metodológica da Ater.



Arquivo MOC: Ações de ATER desenvolvidas pelo PAPAA



Arquivo MOC: Caderneta Agroecológica implementada nas atividades de ATER

Foi por meio desse conjunto de ações, mobilização, formações, dia de campo, intercâmbios, visitas técnicas, reuniões, que a vida das comunidades e das famílias puderam ter uma melhor condição de transformação. Vale dizer que foi a Ater através dos projetos agroecologia, Biomas e agora a chegada do ater para mulheres - "Mulheres Rurais, Autonomia, Alimentação e Vidas Saudáveis". As ações de ATER possibilitaram que muitas famílias tivessem suas documentações regularizadas, em especial a substituição das DAPs pelo CAF, o que demandou da equipe técnica aprofundamento na compreensão sobre os instrumentos e documentos necessários para contribuir para que as famílias assessoradas tivessem a sua documentação regularizada.

Vale enfatizar também que a Ater pôde contribuir em momentos e amplitudes diferentes para cada família. Os principais avanços são: 271 famílias com Sistemas Produtivos implementados ou potencializados a partir da ATER; 93 Famílias com implementação de Tecnologias Sociais e/ou Inovação tecnológica; 138 Famílias comercializando seus produtos através das (feiras agroecológicas, livre, ponto fixo, porta em porta, etc.); 156 famílias participando diretamente e 140 indiretamente de organização em agroindústria formais e informais ; fortalecimento social de 26 grupos com acompanhamento, orientação, 540 famílias com planos de ação executados e 1080 famílias em processo inicial de organização e elaboração de projetos de vida com vista ao melhoramento dos subsistemas familiares e de acesso das políticas públicas para agricultura familiar, entre outros.

Destarte, na assessoria técnica produtiva buscamos sempre o diálogo mais permanente entre os técnicos e as famílias com ampliação das atividades e dinâmicas de capacitação e das trocas de conhecimentos, a partir das abordagens metodológicas participativas. Analisamos assim o papel

fundamental da assessoria técnica para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e suas comunidades, mediante os números apresentados e para além disso da perceptível mudança de paradigma das pessoas, construindo as mudanças necessárias em suas propriedades rurais para o BEM VIVER.

IV - CONCLUSÃO

Chegamos à finalização de mais um ano, fechamos ciclos, iniciamos caminhadas e até aqui inúmeras foram as pessoas, que estiveram na trincheira que luta pela vida com dignidade no semiárido baiano. Foi um ano com muitas emoções, e com muita força emanada das comunidades, das organizações parceiras, dos movimentos de mulheres, dos agricultores e agricultoras, para que novas oportunidades de atuar estrategicamente pelo bem viver acontecessem.

O programa atuou frente a forte estiagem, fortaleceu sua incidência e junto aos municípios pautou e abordou conselhos, fóruns e rede quanto as ações necessárias para mitigar os efeitos da seca; e já finalizando o segundo semestre do ano ampliou sua atuação com mulheres e com o acesso as águas.

Em 2024 inúmeros são os desafios que posto para o MOC e a atuação do PAPAA – ampliar sua atuação no campo das resiliências climáticas, ampliar a dinamização de ações de implementações de tecnologias sociais de captação e estoque de água para a produção de alimentos e dessedentação animal, fortalecer a incidência pautando a água de educar e a água do cuidado, todas essas são pautas dos territórios e das comunidades que atuam diretamente na

dignidade das pessoas, a luta continua por um semiárido vivo, com nenhum direito a menos.

**PROGRAMA
DE EDUCAÇÃO
DO CAMPO
CONTEXTUALIZADA**

PECONTE



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO CONTEXTUALIZADA (PECONTE)

I - INTRODUÇÃO

O ano de 2023 teve início com novas perspectivas, especialmente na dimensão dos direitos humanos e diversas outras áreas com retomada de investimentos por parte de um governo federal, o que reverbera para nossas ações nos municípios de atuação do Programa de Educação do Campo Contextualizada (PECONTE). Um ar de mais liberdade, democracia e participação popular foi lançado no nosso país. Com a pandemia praticamente controlada, foi possível dar continuidade e intensificar ações presenciais.

Continuamos e ampliamos a realização das ações estratégicas para cumprimento do objetivo geral: **“Crianças e adolescentes dos municípios de atuação do Programa tendo acesso aos direitos à educação contextualizada na perspectiva da Convivência com o Semiárido, alimentação saudável, esporte, cultura e lazer, expressando suas potencialidades criativas e contribuindo para desenvolvimento sustentável.** O PECONTE tem como público prioritário crianças, adolescentes, professoras/es das escolas do campo, coordenadoras e coordenadores da Educação do Campo, famílias e representantes da sociedade civil organizadas em associações comunitárias, cooperativas da agricultura familiar e sindicatos de trabalhadoras/es rurais e da agricultura familiar.

Em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), movimentos sociais e sindicais do campo e secretarias municípios de educação

foi possível realizar diversas ações de formação continuada, seminários, intercâmbios, visitas e ações de incidência política tanto em âmbito municipal, estadual e também nacional.

A atuação do PECONTE acontece em comunidades do campo do semiárido da Bahia nos municípios de atuação do MOC, em sua maioria nos Territórios de Identidade Sisal e Bacia do Jacuípe: Araci, Baixa Grande, Barrocas, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Mairi, Nordestina, Nova Fátima, Quijingue, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Santa Luz, Serrinha e Valente. Em Feira de Santana, o MOC também realizou ações pontuais.

O desenvolvimento das nossas ações esse ano deu continuidade à metodologia apropriada à realidade do campo e proposta político pedagógica Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do Campo (CAT), que também é um Programa de Extensão na UEFS, do Projeto Baú de Leitura e de projetos pontuais como hortas nas escolas, alimentação saudável, apoio psicossocial, entre outros, perpassando por questões de combate ao racismo e machismo e contra toda forma de preconceito e discriminação na escola e fora dela.

Durante o ano as famílias das crianças enfrentaram dificuldades nos municípios com a **seca, fome e** dificuldade para plantar e criar condições de vida.

Desenvolvemos as ações a partir de quatro eixos que são desmembrados em quatro objetivos específicos:

- ✓ Formação e mobilização continuada com Coordenações Municipais, Professoras/es e Sociedade Civil:



Fotos: Arquivo MOC – PECONTE – Formação Professoras e Professores 2023

Objetivo Específico:

Contribuir e ampliar a formação e mobilização com Coordenadores/as, Professores/as e sociedade civil para planejamento, monitoramento e avaliação das ações de Educação do Campo na perspectiva da convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória e participação em espaços de controle social e incidência política de educação e direitos das crianças e adolescentes;

- ✓ Direitos de Criança e Adolescente à Educação Contextualizada para convivência com o Semiárido (esportes, cultura, lazer, alimentação, Educomunicação e convivência familiar e comunitária) respeitados e concretizados:

Objetivo Específico:

Contribuir na melhoria da aprendizagem e direitos de Crianças e adolescentes, através de processos de Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido, construindo conhecimentos e expressando suas potencialidades;

- ✓ Estudos, Pesquisas, Sistematização e Produção de Materiais pedagógicos Contextualizados para Convivência com o Semiárido:

Objetivo Específico:

Pesquisar e Produzir materiais pedagógicos com gestores/as, Professoras, Crianças e Adolescentes numa dimensão de convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória em interface com outros programas;

- ✓ Incidência Política nos espaços estratégicos de proposição, elaboração e controle social das políticas públicas de Educação do Campo Contextualizada para Convivência com o Semiárido e de Criança e Adolescente:

Objetivo Específico:

Participar e incidir politicamente em espaços estratégicos de proposição, construção e controle social de políticas públicas de Educação Contextualizada e de Criança e Adolescente.

Para alcançar estes quatro objetivos, desenvolvemos durante o ano as ações a descritas a seguir.

II PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS CONFORME OS EIXOS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Formação e mobilização continuada com Coordenações Municipais, Professoras/es e Sociedade Civil

Objetivo Específico:

- Contribuir e ampliar a formação e mobilização com Coordenadores/as, Professores/as e sociedade civil para planejamento, monitoramento e avaliação das ações de Educação do Campo na perspectiva da convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória e participação em espaços de controle social e incidência política de educação e direitos das crianças e adolescentes.

Além das formações nos municípios, as Coordenação Municipais da Educação do Campo (coordenadores pedagógicos) participaram de quatro encontros realizados em Feira de Santana, com o objetivo de formação, planejamento e monitoramento das atividades. As formações partiram da temática anual da Ficha Pedagógica: **Mudanças Climáticas: Relação Sociedade e Natureza - Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do Campo**, aprofundando estudos diante de uma crise climática cada vez mais próxima das comunidades, com seca, fome, temperaturas elevadas, dificuldades de plantios, entre outras questões.

Nos encontros, os municípios intercambiavam uns com os outros suas experiências nas escolas, a partir da temática da Ficha Pedagógica, e os elementos registrados nesses momentos permitiram observar os impactos das mudanças climáticas em cada local, considerando suas particularidades,

construindo caminhos de superação em conjunto com os coordenadoras/es, professoras/es, gestores públicos e sociedade civil. O foco principal foi a compreensão da educação como uma via para enfrentar e superar essas demandas.

Os quatro encontros contaram com a participação das coordenações municipais, professoras/es e representações da sociedade civil, aconteceram presencialmente em Feira de Santana. A primeira formação foi em março para aprofundamento da temática e planejamento.

O primeiro encontro com as coordenações municipais foi de planejamento para as ações durante o ano, proporcionou formações a partir do tema central da Ficha Pedagógica, e em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), realizou-se um estudo mais aprofundado com profissionais da área de Geografia e Meio Ambiente sobre desertificação e problemas ambientais e como incentivando diversas sugestões de possibilidades do trabalho nas escolas com crianças e sus famílias.

O segundo encontro foi realizado no mês de junho, partindo da avaliação dos encaminhamentos do primeiro encontro, com momentos de formação e atividades práticas lúdicas. O encontro propôs a discussão sobre Mudanças Climáticas e Racismo Ambiental. Também fazendo reflexão sobre o papel do educador e da sociedade civil diante dos impactos ambientais das mudanças climáticas em cada município, aprofundando debates e avaliando o primeiro semestre.

A partir da metodologia participativa, com os passos metodológicos CAT – Conhecer, Analisar e Transformar, com questionamentos para os educadores e para a sociedade civil, foi possível conhecer a realidade de cada local e fazer a

troca de experiências entre eles. Dessa forma, quando os municípios trazem as informações oriundas do chão da realidade e socializam as principais descobertas para apropriação e sistematização do que é mais recorrente para que conseqüentemente sejam pensadas coletivamente ações para superação das demandas e transformação da realidade.

No mês de setembro aconteceu o terceiro encontro, com intuito de avaliar as ações programadas no último encontro e aprofundar os estudos sobre a temática “Mudanças Climáticas”, destacando as descobertas e desafios de cada município. Na abertura do evento, 18 crianças do Grupo de Teatro Leitura Livre, da comunidade de Encruzilhada, no município de Valente/BA fizeram uma intervenção artística/cultural com uma performance da música “*Asa Branca-Luiz Gonzaga*”. Expressando as atividades desenvolvidas no município com o CAT/Baú de Leitura, que vem sendo um incentivo a leitura prazerosa, expressão artística através de diversas linguagens e protagonismo de crianças e adolescentes.

Nesse terceiro encontro foi realizado o lançamento do Jogo Cooperativo Pedagógico “**Na Trilha dos Direitos**”, desenvolvido pelo MOC. Também aconteceu o lançamento do Plano Decenal dos Direitos de Criança e Adolescente, que o MOC e os Territórios de atuação tiveram participação na construção. O Plano foi construído pelo Conselho Estadual de Direitos de Criança e Adolescente – CECA e serve de orientações nas escolas e em toda rede de defesa de direitos.

Esse momento é fundamental para proporcionar uma troca de experiências entre os municípios, pensar coletivamente nas demandas encontradas e formas de supera-las.

Assim, podemos ver projetos desenvolvidos como o “Meio Ambiente” em Quijingue, em parceria da Secretária de Educação com a Secretária de Agricultura do município, o projeto trabalhou com as escolas e comunidades, realizou plantio de árvores nativas, distribuição de mudas e sementes, contação de histórias em praça pública, conscientização sobre a prática de queimadas e sobre uso de água.

Neste terceiro encontro, foi possível realizar um diagnóstico das demandas, identificando algumas dificuldades enfrentadas pelos municípios, como a existência de desmatamento da caatinga, queimadas, pedreiras que agridem o meio ambiente, entre outras. Essas questões foram levantadas pelos educadores/as e pela sociedade civil, destacando a necessidade de desenvolver estratégias para fortalecer o CAT/Baú de Leitura, com a coordenação desses projetos em todos os municípios.

Outras demandas incluem a expansão da proposta do CAT e Baú de Leitura para todas as escolas do campo, a adesão dos projetos pelas prefeituras e a articulação com as Secretarias de Educação. Além disso, há a urgência de efetivar, colocar em prática, a Lei de Educação do Campo em todos os municípios, inserir as atividades do CAT/Baú de Leitura no calendário escolar e sensibilizar os/as professores/as sobre a importância da Educação do Campo Contextualizada para convivência com o Semiárido. É crucial fortalecer o diálogo entre a escola e as famílias e para isso, precisa-se de maior envolvimento da sociedade civil organizada.

Durante as discussões, a sociedade civil também destacou certa frieza na mobilização popular nos movimentos sociais e políticos. Ressaltou-se a

importância de preservar a memória do legado histórico dos movimentos sociais no Território do Sisal.

Nesse encontro também foi abordado aspectos psicoemocionais e psicossociais em parceria com Prof Fernando da UEFS. Este trabalho motivacional, fez parte de uma demanda de professoras/es pós-pandemia covid, compreendendo também nós seres humanos como parte da natureza e que precisamos estar bem para fazer o bem. Essa atividade teve como objetivo abordar aspectos pessoais e profissionais, em um momento de escuta e partilha dos sentimentos que cada vivência em suas realidades educacionais. Sendo observada a partir dos relatos, a exaustão de alguns educadores, principalmente os que coordenavam mais de um projeto, além da observação de ansiedade nas crianças e adolescentes da maioria das comunidades, após período pandêmico.

O quarto encontro do ano foi realizado em dezembro, contou com a presença de 62 pessoas e também realizou-se um Seminário Avaliativo conjunto, contando com a participação de crianças, sociedade civil e professores, além as Coordenações Municipais.

Esse momento foi o encontro de avaliação anual do CAT e Seminário de **25 anos de Educação do Campo**, realizado em parceria com UEFS. O encontro foi enriquecido pela participação de Edjane Rodrigues Silva, representante do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), que compartilhou as conquistas e perspectivas da Educação do Campo, destacando a importância da reconstrução da política educacional.

Para aprofundar o debate sobre a temática "Mudanças Climáticas" da Ficha Anual Pedagógica, o evento contou com a parceria da UFRB. Leila Damiana

Silva e Silvana Lucia Lima, educadoras da instituição, apresentaram estudos sobre a crise climática e compartilharam informações sobre os cursos de licenciatura e pós-graduação em Educação do Campo oferecido pela universidade. Essas contribuições ampliaram as discussões, enriquecendo o conhecimento sobre a relação entre Educação do Campo e as questões ambientais.

Além disso, realizou-se um levantamento de dados por meio de perguntas-chave, abordando aspectos como o número de escolas envolvidas no CAT, a presença do Baú de Leitura nas escolas, o quantitativo de professores inseridos nos projetos CAT e ao Baú de Leitura, bem como o envolvimento de crianças e adolescentes nesses projetos. Outros pontos importantes incluíram as descobertas principais nas comunidades a partir da Ficha Pedagógica, a participação de famílias nas devoluções do CAT, os livros trabalhados pelo Baú de Leitura e as principais mudanças realizadas a partir do Transformar.

Essas questões são cruciais para o monitoramento e planejamento das atividades no próximo ano, proporcionando uma base sólida de dados para avaliar o impacto dos projetos, identificar áreas de sucesso e possíveis melhorias, e direcionar estrategicamente os esforços para alcançar os objetivos estabelecidos.

Em síntese, os encontros realizados ao longo do ano proporcionaram uma rica troca de experiências entre coordenadores/as, professores/as e sociedade civil, fortalecendo a formação e mobilização contínua em prol da Educação do Campo. A abordagem da temática das Mudanças Climáticas, através da Ficha Pedagógica, permitiu não apenas aprofundar o entendimento sobre os impactos ambientais, mas também identificar desafios específicos enfrentados por cada

município. A parceria com instituições como a UEFS e a UFRB enriqueceu o debate, trazendo perspectivas acadêmicas e práticas para o contexto educacional.

A partir dos encontros de formações e avaliação anual, podemos destacar alguns **resultados alcançados**:

- Maior sensibilização para as questões das mudanças climáticas, percebendo-se que não é algo distante, da mídia, mas está presente em cada comunidade e mexe com a vida de todas as crianças, famílias, enfim da comunidade;
- 11 Fichas Pedagógicas Municipais construídas pelos próprios municípios com temáticas relacionadas às questões ambientais;
- Doações de mudas e plantação de árvores da caatinga chamando a atenção para necessidade de redução dos danos causados pelas mudanças climáticas;
- Dias de estudos municípios promovidos pelos próprios municípios a partir das formações com as coordenações que o MOC e UEFS fizeram, envolvendo mais de **462** professores nestas formações locais;
- Práticas de estudos inovadoras como Cartografia Participativa, trabalhando nas escolas geografia e matemática com as questões climáticas;
- Maior participação das famílias nas “devoluções” do CAT (socialização dos problemas encontrados) a partir do que a escola descobriu e juntos buscando soluções.

No final do ano, avaliou-se também que a temática ambiental, especialmente diante da crise ambiental, é necessária continuar no próximo período, pois há muitos estudos a ser feito, e muitas questões podem ser pesquisadas e exploradas pelas escolas, tornando a educação mais significativa para vida das crianças e suas famílias.

Formação continuada com Professoras e Professores da Educação do Campo

Foram promovidas **11** formações municipais destinadas a professoras e professores do campo, abordando temáticas relacionadas ao tema da Ficha Pedagógica. Também foram realizadas **04** Formações Regionais, com troca de experiências entre professores de diversos municípios.

Para atuação com o Projeto Baú de Leitura, realizaram-se oficinas voltadas à sensibilização e aprofundamento da leitura lúdica e contextualizada, com doações de 06 (seis) Baús de Leituras e revitalização de Baús de Leituras nos municípios.

Os conteúdos das formações partiram da temática da ficha pedagógica **“Mudanças Climáticas: Relação Sociedade e Natureza - Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do Campo”**. Essas formações contribuíram para uma compreensão mais aprofundada, proporcionando ideias sobre como abordar os conteúdos de maneira transversal e interdisciplinar na sala de aula.

Nesses momentos, foram discutidas estratégias para enfrentar as problemáticas ambientais específicas de cada localidade, buscando garantir políticas públicas voltadas para essa questão. Essas atividades têm como objetivo formar os professores e professoras para que sua atuação seja transformadora, desenvolvendo em cada criança uma postura crítica e consciente sobre si e sobre o mundo.

Foram realizadas as seguintes ações diretamente com Professoras/es:

- Oficinas para construção das Fichas Pedagógicas – Planejamento anual;
- Oficinas sobre Direitos e Cidadania nas comunidades do campo: o que temos e o que queremos;
- Rodas de leitura e de diálogos sobre cultura de paz nas escolas e não violência;
- Seminário de Formação sobre concepção de educação na dimensão de Educação do Campo Contextualizada, na Dimensão Agroecológica e Sustentabilidade (com municípios do Projeto e outros);
- Aprofundamento da Metodologia do Baú de Leitura – Dias de estudos sobre etnia, cultura, religiosidade e educação não sexista e não discriminatória e temas diversificados;
- Seminário Municipal de Educação do Campo – município de Retirolândia;
- Devoluções do Projeto CAT nas escolas do campo do municípios com participação da família e sociedade civil para buscar soluções aos problemas ambientais;
- Oficina municipal com professores/as e representantes do SGDCA, sobre incidência política e educação socioambiental – Araci;
- Oficinas municipais com educadores e diretores de escolas do campo, sobre jogos cooperativos e cidadania (Riachão do Jacuípe, Nova Fátima, Barrocas);
- Oficinas Municipais de Sensibilização do Baú de Leitura (Valente, Santaluz e Ichu);
- Participação de Professoras/es na Campanha “Vozes Fortes, Vidas Protegidas – pelo fim da violência contra meninas e mulheres - 2023;
- Seminário anual do CAT 2023 e 25 anos da Educação no Campo: Desafios e possibilidades da Educação do Campo diante das mudanças climáticas no Semiárido brasileiro. – em parceria com UEFS.

Como **resultado** destas ações, avaliamos um compromisso maior dos professores e professoras com a defesa da Educação do Campo, buscando maior apoio das gestões municipais e mais envolvimento da sociedade civil. Outro resultado destacado, por professoras/es é que as crianças estão mais sensíveis para cuidado ambiental, compreendendo alguns processos de aquecimento, formas de tratar o solo, importância de se alimentar de forma saudáveis com produtos não industrializados, entre outras questões.

Para educadores, este processo teve um significado especial este ano, pois tratou de uma temática atualizada, que está sendo debatida em toda parte, mas parecia distante das comunidades rurais e da escola. Com o trabalho da temática na Ficha Pedagógica foi possível perceber que pequenas atitudes podem contribuir para um melhor viver nas comunidades e na escola.

Porém, há alguns desafios que precisam ser superados no próximo período, como aprofundar a compreensão da crise climática, contextualizando-a com as ações da escola, e melhor compreensão do itinerário do CAT, pois alguns professores novos ainda separam: momento de trabalhar a problemática X momento de trabalhar os conteúdos de forma estanques ainda, como se fosse dois trabalhos.

Estes desafios foram pontuados no encontro final de avaliação e iremos buscar superá-los no próximo período.



Fotos: Arquivos MOC – Formação de professores e coordenações municipais de Educação do Campo



Fotos: Arquivos MOC – Formação de professores e coordenações municipais de Educação do Campo

Mobilização e formação continuada com Representantes da Sociedade Civil Organizada:

As ações com a sociedade civil foram reduzidas em 2023, contando com pouca participação efetiva. O MOC está repensando esta ação. Foram realizados alguns estudos, e buscou uma participação efetiva nas “devoluções do CAT” e sensibilizar nas oficinas municipais e reuniões realizadas. Há um desânimo da sociedade civil, uma certa apatia no que diz respeito à participação. Foram mais de 06 anos de ataques aos direitos, cortes de orçamentos nas políticas públicas do campo, o que talvez tenha gerado um certo desânimo.

No Seminário de Avaliação Anual a sociedade civil participou trazendo seus desafios de como reanimar para a pauta de educação, de construir novas lideranças e de ter uma ação mais propositiva nos municípios.

Neste sentido, buscaram-se formas de melhor envolvimento e animação, se marcando para início de 2024 um Seminário avaliativo sobre o papel da sociedade civil organizada na defesa dos direitos de crianças e adolescentes e da Educação do Campo Contextualizada. Foram construídas algumas propostas para superação e promoção de maior participação na defesa dos direitos e da Educação do Campo. Ressaltou-se nas formações que não existe Educação do Campo sem a efetiva participação dos sujeitos, dos movimentos sociais e populares do campo.

As lideranças que participaram dos momentos formativos, assumiram o compromisso de buscar outras lideranças e de realizar atividades municipais, fazer um levantamento (diagnóstico) de como estão as escolas do campo, a metodologia, a alimentação escolar, e buscar fazer incidência política para melhoria da educação.



Fotos: Arquivo MOC – Oficinas de Formação com a Sociedade Civil.

Direitos de Criança e Adolescente à Educação Contextualizada para convivência com o Semiárido (esportes, cultura, lazer, alimentação, Educomunicação e convivência familiar e comunitária)

Objetivo Específico:

- **Contribuir na melhoria da aprendizagem e direitos de Crianças e adolescentes, através de processos de Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido, construindo conhecimentos e expressando suas potencialidades.**

Uma das principais áreas de atuação do PECONTE é o desenvolvimento de atividades diretas com crianças e adolescentes, com o objetivo de contribuir para a melhoria da aprendizagem infantil, fortalecer o direito à Educação do Campo sob uma perspectiva contextualizada para convivência com o Semiárido e promover os direitos da criança e do adolescente conforme preconizado pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Adicionalmente, o programa oferece formação para professoras e professores.

Essas atividades foram conduzidas pela equipe do MOC nas comunidades dos municípios envolvidos nos três territórios de identidades: Bacia do Jacuípe, Portal do Sertão e Sisal. Incluiu a realização de rodas de conversa, visitas às escolas, oficinas socieducativas, dias lúdicos educativos e intercâmbio de crianças. Tais iniciativas foram fundamentadas na temática anual da Ficha Pedagógica, centrada no debate acerca das mudanças climáticas e seus impactos na vida prática de crianças, famílias e comunidades, a partir de uma concepção de educação antirracista, não sexista, que promove o respeito à diversidade e valorização das identidades e do território. Utilizando abordagens lúdicas, dialógicas e/ou expositivas, tanto dentro como fora da sala de aula, as

atividades estimularam a troca de saberes, o reconhecimento dos conhecimentos historicamente desenvolvidos, o pertencimento ao território e a valorização de suas particularidades.



Arquivo MOC: Banner do XIV intercâmbio cultural de crianças e adolescentes – 27 de outubro 2023

Além de nossa atuação direta com crianças e adolescentes nas comunidades, promovemos o **XIV Intercâmbio Cultural**, envolvendo 76 participantes de 10 municípios. Durante o encontro, as crianças apresentaram expressões artísticas por meio de dança, música e contação de histórias, proporcionando uma troca enriquecedora de experiências entre diferentes localidades, com destaque para a valorização das culturas locais e territoriais.

Esta atividade objetiva também, **avaliar as múltiplas aprendizagens:** cognição, sociabilidade, capacidade de interagir em grupo, aprendizagens significativas de elementos do Semiárido que a escola desenvolveu a partir da temática da Ficha Pedagógica, dimensão de gênero, de respeito e educação não racista e não preconceituosa.

Sempre é um momento de poesia, arte, cultura e encanto para crianças, para educadoras/es e para equipe MOC, UEFS e parceria. As crianças trazem suas alegrias suas produções e compartilham umas com as outras.



Arquivo MOC: Realização das avaliações contextualizada “provinhas” – durante no XIV intercâmbio cultural de crianças e adolescentes – 27 de outubro 2023.

Dentro da programação do Intercâmbio, realizamos uma avaliação das aprendizagens das crianças, organizadas em três categorias: 1º ano, 2º e 3º ano, e 4º e 5º ano. A "provinha" teve como objetivo analisar as múltiplas aprendizagens das crianças envolvidas no CAT e Baú de Leitura. A análise das 72 avaliações, permitiu uma comparação entre as crianças inseridas no CAT e aquelas que não participaram, revelando diferenças significativas. A análise

demonstrou elementos que evidenciam o conhecimento do contexto concreto, a relação com o mundo e a perspectiva política, histórica e sociocultural.



Arquivo MOC: Visita aos Patrimônios Históricos no XIV intercâmbio cultural de crianças e adolescentes – 27 de outubro 2023.

As crianças participaram de um itinerário cultural, artístico e histórico no centro de Feira de Santana, Bahia. O percurso incluiu visitas a espaços e patrimônios materiais e imateriais, abrangendo desde a Praça da Catedral, a Catedral, o Centro de Cultura e Arte (CUCA), a Praça da Bandeira, o Mercado de Arte até a Feira da Rua Marechal Deodoro e a lanchonete Predileto. Esses locais

públicos no centro da cidade estabeleceram diálogos com os aspectos arquitetônicos, culturais e ambientais da cidade, vinculando-se à temática da Ficha Pedagógica. O roteiro foi conduzido pelo professor Gabriel Santana, graduando em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

Também foi feita a visita ao Parque Ecológico da Lagoa, Patrimônio cultural e ambiental em Feira de Santana, um local estratégico que relaciona natureza, sociedade e dialoga com a realidade de cada criança em seus respectivos municípios.

Na avaliação contextualizada aplicada durante o Intercâmbio, observou-se que mais de **82% das crianças que participam do Projeto CAT**, tem uma compreensão contextualizada da realidade, responderam corretamente as avaliações, apresentavam de forma mais desinibida as apresentações culturais e o que aprendiam na escola. Enquanto criança de município que não participa do CAT, tem maior dificuldade na compreensão sobre meio ambiente, sobre o contexto respondendo apenas, **62%** de forma correta as questões, encontram dificuldade de relacionamento em grupos, de expressão verbal e artística.

Concomitante a tantas iniciativas as crianças e adolescentes são imersas em experiências de formação e de proteção, quando participam de diversas atividades de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, visando à garantia de direitos e a promoção da cidadania, através das vivências que protagonizam a infância, a adolescência, a valorização da cultura, do bioma caatinga, aspectos da convivência com o semiárido, da segurança alimentar, etc. Possibilitando outro olhar para as questões locais, regionais e globais.

Nas comunidades de atuação do Projeto em parceria com o CECA – Conselho Estadual dos Direitos de Criança e Adolescente, através da Secretária de Justiça e Desenvolvimento Humana- SJDH, as crianças e adolescentes além das oficinas de fortalecimento de vínculo, receberam o atendimento e orientação psicológica de acordo com a necessidade aparente.

Outra atuação direta com as crianças e adolescentes foi os dias lúdicos, realizados com objetivo de oportunizar momentos lúdicos para aprimorar a aprendizagem e promover uma educação integral. Essas abordagens buscam fomentar a interação social, construir a concepção de cooperatividade, estimular a criatividade, promover o respeito à diversidade e valorização das identidades.



Arquivo MOC: Dia lúdico comunidade Lagoa Ferrado no município Conceição de Coité e em Serrinha.

Como resultado desta ação, podemos destacar que os objetivos estão sendo alcançados e que nossa ação tem promovido:

- Maior compreensão do contexto local e da crise climática por parte das crianças e incentivam suas famílias a mudarem práticas, como por exemplo no consumo de alimentos não industrializados, a fazer horta em casa a economizar água, entre outras atitudes;

- Maior conhecimento sobre o bioma caatinga com passeios ambientais conhecendo os vegetais e animais;
- O desenvolvimento das potencialidades ampliado com o trabalho do Baú de Leitura, com contação de histórias, expressão corporal e verbal melhor desenvolvidas, organização do pensamento lógico;
- Crianças e adolescentes expressando, em vários espaços, melhor compreensão sobre direitos, racismo e contra preconceitos;
- Participação de crianças e adolescentes nas Conferências Municipais e Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente a partir da ação da escola e do incentivo ao protagonismo e defesa de seus direitos;

Alguns desafios precisam ser superados no próximo período, como por exemplo, poder acompanhar mais de perto o que é desenvolvido nas escolas, realizar mais visitas, realizar mais dias lúdicos com aprendizagens significativas e contextualizadas com as crianças nas comunidades.

Estudos, Pesquisas, Sistematização e Produção de Materiais pedagógicos Contextualizados para Convivência com o Semiárido:

Objetivo Específico:

- Pesquisar e Produzir materiais pedagógicos com gestores/as, Professoras, Crianças e Adolescentes numa dimensão de convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória em interface com outros programas.

Durante todo o ano a Equipe realizou estudos e sistematização com produção de materiais para estudos nos municípios, por exemplo sobre desertificação, sobre crise climática, racismo ambiental. Em 2023 produzimos um Jogo Cooperativo **“Na Trilha dos Direitos”**, para as crianças brincarem em equipes e conhecerem os seus principais direitos, como: a educação contextualizada, a alimentação saudável, à cultura, ao lazer e esportes, entre outros. Os kits dos jogos foram entregues aos professores nos municípios e estes estão utilizando nas aulas.

As coordenações municipais e professoras/es tinham dificuldade em compreensão sobre as “mudanças climáticas” e como trabalhar a temática em sala de aula e nas comunidades de forma contextualizada para crianças do ensino fundamental. Realizamos pesquisas, materiais explicativos, grupos de estudos e vídeos para alertar sobre a crise e como a escola pode sensibilizar estudantes e suas famílias a mudar atividade e reduzir os danos com pequenas práticas diárias e alertas. Os textos utilizados nos estudos proporcionaram à Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Nelmira Moreira, orientar o trabalho na área de Língua Portuguesa de forma contextualizada na escola.

Foram produzidos mapas com a metodologia “Cartografia Participativa”, onde os professores e professoras faziam o desenho da comunidade, a partir de um mapa de satélite, identificando os pontos críticos de desertificação, desmatamento, rios e riachos sem árvores às suas margens, entre outras. A produção deste material contou com apoio da UEFS, através da professora de Geografia Nacelice Freitas e estagiários.

Deu-se início à produção para publicação de um livro sobre os **30 anos do Projeto CAT**, com participação de professoras/es municipais e da UEFS, para publicar no final do próximo ano durante as celebrações. A ideia é trazer a memória com experiências relevantes e registros da caminhada.

Incidência Política nos espaços estratégicos de proposição, elaboração e controle social das políticas públicas de Educação do Campo Contextualizada para Convivência com o Semiárido e de Criança e Adolescente:

Objetivo Específico:

- Participar e incidir politicamente em espaços estratégicos de proposição, construção e controle social de políticas públicas de Educação Contextualizada e de Criança e Adolescente.

A incidência política do Programa teve atuação em âmbito municipal, territorial, estadual e nacional, em defesa dos direitos de educação do campo contextualizada e direitos de criança e adolescente.

A equipe PECONTE esteve em constante processo de formação, durante o ano de 202, presente em importantes espaços formativos governamentais, não governamentais e institucionais.

Em homenagem ao Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca, 17 de junho, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), o PECONTE participou do Seminário “Dia Mundial de Combate à Desertificação”, no Campus Juazeiro da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). O evento teve como tema “Mulheres, Suas Terras, Seus Direitos”, foi promovido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), em parceria com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) e a Univasf.

Foi um evento importante para acompanhar e se apropriar dos debates a cerca da Política Nacional de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos

da Seca. Também foi fundamental para diálogo e articulação com movimentos sociais do campo de diversas regiões do Brasil. Em âmbito estadual, houve o tensionamento dos movimentos sociais pela atualização do Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca lançado em 2014 e reivindicação por um fundo orçamentário para ações no Semiárido brasileiro.

Ocorreram durante o ano, encontros formativos realizados pela ONG parceira Kinder Not Hilfe (KNH), o primeiro aconteceu entre os dias 14/08 a 17/08 com realização da “Oficina de Educação Consciente à Luz da Disciplina Positiva”, foi um espaço importante para capacitação da equipe sobre o conceito de Educação Positiva, embasado nos Direitos da Criança e do Adolescente, além de troca de experiências e articulação com outras ONG’s do Brasil. Também foi realizada doação de materiais produzidos pelo MOC para divulgação e propagação do trabalho que vem sendo realizado com Educação do Campo Contextualizada para convivência com o Semiárido.

O segundo encontro aconteceu entre os dias 25 a 27 de outubro, sendo uma oficina de monitoramento realizada pelo KNH, em Fortaleza. A oficina teve a participação de Rita de Cassia e Selma Glória, representantes do PECONTE e PGGIR do MOC. O principal objetivo do evento foi fornecer formação aos participantes das organizações parceiras sobre a elaboração de indicadores e o planejamento do processo de monitoramento orientado para efeitos e impactos em projetos com base no enfoque dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Essa iniciativa destaca o compromisso dessas organizações em assegurar que projetos que afetam os direitos das crianças sejam monitorados e avaliados para garantir sua eficácia e qualidade.

O PECONTE atuou nos seguintes espaços de incidência política municipal:

- **CMDCA** - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Feira de Santana. O MOC atuou no ano de 2023 neste conselho que debate a pauta e proposição de políticas públicas para o município de Feira de Santana. Este ano o Conselho trabalhou na elaboração de editais, na organização da eleição dos/as conselheiros/as tutelar, debateu os crescentes dados sobre violência contra crianças e adolescentes na cidade e de famílias que se encontram em situação de rua.



Representantes do MOC no CMDCA – Feira de Santana

1.1. Espaços de Incidência Política em âmbito estadual:

- **FEEBA** – Fórum Estadual de Educação da Bahia. O MOC participou das reuniões ordinárias e extraordinárias durante todo o ano e contribuiu com os debates sobre educação integral, luta contra a militarização nas escolas, defesa de Educação do Campo e dos debates que tentavam retroceder a educação, como a reforma do Ensino Médio que retirou as disciplinas das áreas de humanas que contribui para o pensamento crítico. E em 2023, preparação de Conferências Municipais e da Conferência Estadual de Educação e em 2024 será realizada a Conferência Nacional de Educação para construção do Plano Decenal de Educação do Brasil (2024-2034) que tem diversas metas sobre Educação do Campo Contextualizada, a partir das ações articuladas de incidência política do MOC;

- **CECA** – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. O MOC deu continuidade à sua participação no CECA enquanto conselheiro e também componente da Mesa Diretora e Relator da Câmara Técnica de Orçamento e Finanças. Importante espaço de articulação e proposição de políticas públicas para criança e adolescente no Estado da Bahia. Foi um ano de realização das Conferências Territoriais dos Direitos de Criança e Adolescente e a Estadual. O MOC participou da Comissão Organizadora e teve uma delegação participante.

A Conferência Estadual foi um momento marcante de protagonismo de criança e adolescentes, de implementação do Plano Nacional e de construção de propostas para a 12ª Conferência Nacional que acontecerá em abril de 2024.



Arquivo MOC: Conferência Estadual de Criança e Adolescente e Conferência Estadual de Educação.

- **FEEC** – Fórum Estadual de Educação do Campo. No ano de 2023 foram o Fórum Estadual de Educação do Campo mobilizou e articulou representações de instituições públicas como UNEB, UFRB, UEFS e da sociedade civil de todos os territórios da Bahia. Fazendo o monitoramento da realidade da Educação do Campo no estado, diagnóstico das demandas e discussões para traçar estratégias de enfrentamento e superação. Além disso, houve a dedicação coletiva para o Encontro Nacional de Educação do Campo, que aconteceria em dezembro de 2023, mas foi adiado para fevereiro de 2024, acontecerá em Salvador/BA. O evento conta com a parceria do FEEC com Governo do Estado, Governo Federal, INCRA, PRONERA, FONEC, ANELEDOC e UFRB.

1.2. Espaços de Incidência Política em âmbito nacional

- **FONEC** – Fórum Nacional de Educação do Campo. O MOC tem atuação bem esporádica participando de plenárias e seminários divulgando e disseminando a defesa de política pública de Educação do Campo. Em 2022 fizemos a articulação para construir proposta de retomada das políticas em âmbito federal de Educação do Campo e apresentar ao programa de governo dos candidatos a presidente da república;
- **RESAB** – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro. Neste ano o MOC participou das reuniões da Executiva da RESAB que contribuiu, de forma articulada, nos debates do FONEC e continuou na luta articulada em universidades e municípios na defesa de uma Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido. Este ano também fortaleceu mais ainda a campanha contra fechamento de escolas do campo e o MOC participa de um Grupo de Trabalho nacional das Escolas do Campo;
- **FNDCA** – Fórum Nacional dos Direitos de Criança e Adolescente – MOC participou de duas plenárias para debater a situação da infância e a composição do Conselho Nacional dos Direitos de Criança e Adolescente (CONANDA), que até início deste ano o MOC estava compondo e participou da eleição do mesmo.

A participação do MOC nestes espaços de incidência tem contribuído para conquistas em mudanças curriculares, em garantir a continuidade nos

municípios e no estado na defesa de uma educação de qualidade especialmente nas comunidades rurais.

III – ALGUMAS REFLEXÕES CONCLUSIVAS

As ações de Educação do Campo Contextualizada no MOC foram ampliadas em 2023, conseguindo envolver mais parcerias como a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) que contribuiu em algumas formações, bem como maior comprometimento das coordenações municipais.

O MOC e o público envolvido nas suas ações, participaram das Conferências Territoriais e Estadual de Direitos de Criança e Adolescente e de Educação, importantes espaços de incidência política e de fortalecimento da democracia participativa e de um olhar mais sensível para defesa de educação das sensibilidades humanas.

Uma série de iniciativas foram implementadas, incluindo formações continuadas municipais e regionais com professoras e professores do campo, bem como atividades diretas com crianças e adolescentes. As formações abordaram temas vitais para vida do campo, para vida das crianças, adolescentes e suas famílias, como a relação entre mudanças climáticas, sociedade e natureza, o bem viver nas comunidades, com o intuito de promover uma compreensão mais profunda e interdisciplinar dessas questões para Educação do Campo Contextualizada para convivência com o Semiárido.

Durante o ano nos processos formativos intensificamos estudos para melhor compreender a crise climática, o que e como a escola do campo pode contribuir para reduzir os danos e modificar formas de viver, de produzir e

de consumir. A partir das crianças é possível pequenas atitudes e mudanças nas escolas. Com o trabalho desenvolvido este ano, podemos destacar como mudanças:

- Maior conhecimento dos problemas ambientais nas comunidades a partir da pesquisa do Conhecer dos passos metodológicos;
- Melhor compreensão do efeito estufa e das causas da desertificação e seus malefícios, tentando sensibilizar as famílias para mudanças de práticas;
- Construção de “mapas de Problemas” – Cartografia Participativa nas comunidades, identificando áreas desmatadas;
- Plantios de mudas de árvores nas comunidades em parceria com a secretaria de agricultura;
- Construção de hortas nas escolas em municípios;
- Plantio de árvores nos pátios das escolas e sensibilização para evitar desmatamentos;

Destacamos também a importância das ações diretas com crianças e adolescentes, que proporcionaram um ambiente de aprendizado lúdico e contextualizado, incentivando a troca de saberes e a valorização das particularidades de cada comunidade. Essas atividades foram fundamentadas na temática das mudanças climáticas, visando sensibilizar as crianças para questões ambientais e promover uma educação antirracista e não sexista. Para que cresçam adultos mais saudáveis e sujeitos críticos, com desenvolvimento das sensibilidades humanas como respeito às identidades, diversidades, jeito de ser e viver no campo.

Ainda como resultado dessas diversas ações desenvolvidas e iniciativas, observamos um comprometimento maior dos professores e professoras com a defesa da Educação do Campo, bem como um aumento na sensibilização das crianças para questões ambientais e práticas sustentáveis. No entanto, reconhecemos que ainda há desafios a serem superados, como aprofundar a

compreensão da crise climática e integrar de forma mais eficaz as ações do PECONTE com o currículo escolar.

Enfrentamos alguns desafios, como pouco investimentos para Educação Contextualizada, alguns professores que ainda não compreendem bem a metodologia e o itinerário do Projeto CAT, municípios sem Coordenação do Projeto Baú de Leitura o que dificulta o melhor desenvolvimento, equipe MOC não conseguiu acompanhar de perto as devoluções do CAT e contribuir mais na compreensão e mudanças nas comunidades. Há necessidade de fortalecer um processo de formação mais aprofundada, e que professoras/es se apropriem melhor do passo a passo e consigam realizar mudanças mais significativa nas comunidades, tendo a escola enquanto instrumento de desenvolvimento sustentável e solidário e capaz de produzir conhecimentos para melhoria de vida das pessoas.

Olhando para o futuro, estamos comprometidos em continuar fortalecendo a educação contextualizada no campo, buscando maior apoio das gestões municipais e o envolvimento da sociedade civil. Continuaremos trabalhando em parceria com as comunidades locais para promover uma educação que seja transformadora, crítica, problematizador e criativa, preparando as crianças e adolescentes para enfrentar os desafios que estes tempos exigem, especialmente diante das mudanças climáticas que a fome, a miséria, a crise de produção alimentar, entre outras questões ameaçam a vida na terra. Acreditamos que é possível construir um futuro melhor.

De forma resumida, envolvemos os seguintes públicos:

Público envolvido direta e indiretamente em 2023:

- Professoras/es do CAT: 545;
- Professoras/es com Baú de Leitura: 481;
- Crianças e Adolescentes (com CAT/Baú de Leitura): 16.350.

A seguir uma quantificação mais específica e qualificada do público inserido nas nossas ações. Resumo quantitativo do público envolvido nas ações em 2023:

Atividade e Público Direto	Média total de Atendimento Público	Gênero		Raça/Etnia			
		Fem	Masc	Negra	Parda	Branca	Indígena
04 Formações continuadas com Coordenadores (para avaliação, planejamento pedagógico e estudos temáticos) Com Coordenações Municipais da Educação do Campo (CAT e Baú de Leitura)	176	154	22	60	78	37	01
06 aquisição e entrega de Baú de Leitura (crianças e adolescentes)	240	134	106	82	109	44	05
02 Oficina de Sensibilização do Baú de leitura e crítica dentro da educação contextualizada (Professoras/es)	67	52	15	13	21	33	-
13 Dias lúdicos com Educação Contextualizada com crianças sobre temática de educação do campo e convivência com o semiárido e jogos cooperativos - com crianças e adolescentes	298	7 16	1 13	95	98	105	-
01 Encontro regional com crianças de diferentes realidades para intercâmbios, construção e troca de saberes sobre cultura, educação do campo contextualizada e diretos e avaliação de aprendizagem.	40	27	13	22	11	07	-

01 Gincana cultural e intercâmbio regional com crianças e educadora/es do campo que participam do projeto e outras para avaliação de múltiplas aprendizagens e desenvolvimento	50	36	14	20	23	07	-
21 Oficinas de formação sobre concepção de Educação do Campo contextualizado, na dimensão da agroecologia, sustentabilidade e jogos cooperativos - com Professoras/es	462	345	117	130	254	78	-
11 Encontros de construção de ficha pedagógica nos municípios com Professoras/es e Coordenadoras/es	242	182	60	72	101	69	
03 Reuniões municipais com representantes de entidades da sociedade civil	32	20	12	08	15	08	01
01 Seminário Regional com representantes da sociedade civil	32	18	14	09	14	08	01
20 Visitas psicossociais às famílias	83	52	31	28	37	18	
03 Reuniões do projeto Agenda 2030.	47	24	23	19	18	10	-
Total de atendimento 2023	1.769	1.211	558	558	779	424	08

PARTICIPAÇÃO EM OUTROS EVENTOS:

Reunião com a rede de proteção local para dialogar sobre direitos e deveres de crianças e adolescentes e fortalecer uma rede comunitária de proteção.
Oficinas lúdicas de autoconhecimento e leitura prazerosa.
Visitas as escolas do campo para acompanhamento das ações socioambientais e incidência política.
Seminário municipal de educação do campo - Retirolândia
12 Reuniões do Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA)
01 Conferencia Estadual do Direito da Criança e do Adolescente
03 Conferencias Territoriais do Direito da Criança e do Adolescente
06 Reuniões do Fórum Estadual de Educação do Campo (FEEC)
Audiência com Ministério Público Salvador Sobre Plano de ação CECA- Salvador

EQUIPE DE EDUCAÇÃO EM 2023:

Daiane Santos Silva;
Fredson Araújo Costa;
Jorge Luís Nery de Santana (colaborador esporádico);
Rita de Cássia Borges de Almeida;
Valdir Ferreira Alves;
Vera Maria Oliveira Carneiro (coordenação).

PROJETOS QUE FINANCIAM AS AÇÕES DE PECONTE EM 2023:

CROSSING BORDERS – Áustria;
TDH – Suíça;
Action-aid- Brasil;
KNH – Alemanha;
FECRIANÇA/CECA/SJDH – Estado da Bahia.

IV - CONCLUSÃO

Apresentamos mais um relatório anual de atividades, onde constam passos e caminhos para uma sociedade do Bem Viver.

Nesta conclusão queremos ressaltar algumas coisas:

- a) Este relatório é ação transformadora dos grupos, comunidades, agricultores/as e todos que lutam por um semiárido justo, pela convivência com o semiárido e pela justiça. É em suas propriedades e em seus espaços de produção, de intercâmbio e produção de conhecimento que estes processos acontecem. É lá que essas coisas se efetivam. Nós, do MOC, somos animadores e apoiadores;
- b) Esse relatório é dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Cooperativas, Grupos de Produção, Associações que acreditaram e acreditam nesta proposta e, conosco, a constroem;
- c) Esse relatório é de todos que nos apoiam, quer seja nos espaços Governamentais Federais, Estaduais e Municipais, quer as organizações da Cooperação Internacional. Sem este apoio muito pouco disso seria possível.

Por isso não o publicamos como algo de nossa propriedade, mas como uma ação coletiva daqueles e daquelas que são sedentos de justiça, que buscam a inclusão de todos e todas, que querem todos e todos, no mundo, com vez e voz.

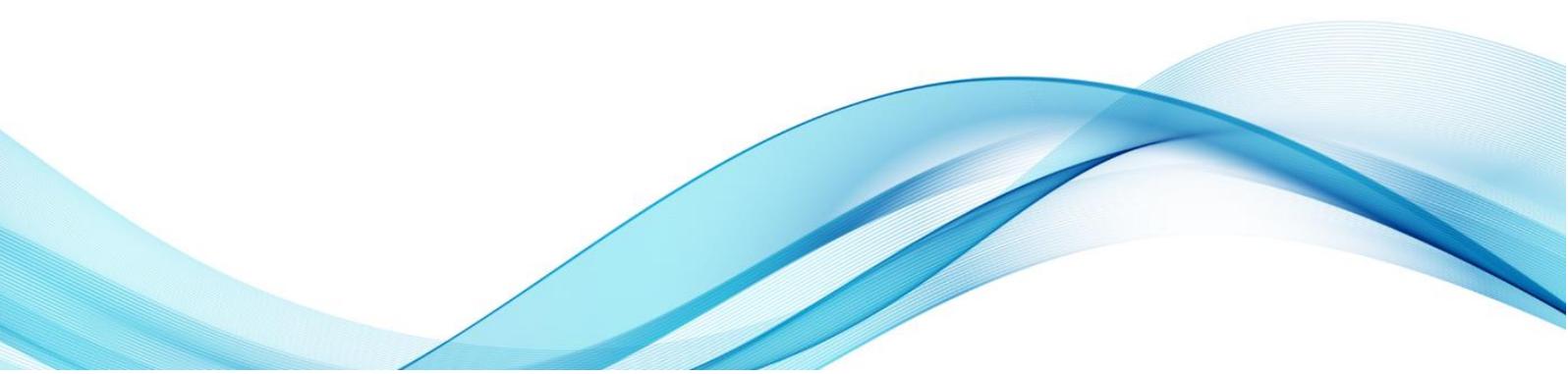
Um processo inconcluso, é verdade, porque finitos e pequenos são os que o fazem acontecer. Mas um processo que nossa utopia se encarrega de dinamizar, de melhorar, de questionar e de ampliar.

Neste sentido, ressaltamos que os desafios apresentados e refletidos por cada programa serão tratados adequadamente em nosso planejamento.

Você que faz parte dessa mesma utopia pode lê-lo, alimentar-se com o caminho feito por nós, sentir-se parte dele e nos enviar suas críticas e sugestões. Serão bem-vindas.



ANEXOS GERAIS
ANO 2023



QUADRO DE COLABORADORES(AS) EM 2023

ALAN ROCHA SUZARTE
ALEXANDRE CARDEAL NEPOMUCENO
ALEXANDRO LIMA DE MEIRELES
ANA CLEIDE SOARES DA S MATOS
ANA DALVA SOUZA SANTANA
ANA GLECIA DA SILVA ALMEIDA
ANA PAULA MENDES DUARTE **
ANGELA DE OLIVEIRA CARNEIRO****
ARLETE SANTANA DOS SANTOS*
BRUNA PIRES PEREIRA ***
CATIA SOUZA DE ALMEIDA
CELIA SANTOS FIRMO - LICENCA
CLEONICE DOS S OLIVEIRA
CLODOALDO ALMEIDA DA PAIXAO****
DAIANE DA SILVA XAVIER
DAIANE S SILVA**
DINALVA LEITE DAS V CERQUEIRA
DIONIZIO SOUZA BARRETO*
DONATO DA SILVA
EDIVANIA SANTOS DE LIMA
EDSON EVANGELISTA S ALMEIDA
ELDERNEY DA SILVA SOUZA*
ELISMARIO ANGELO DE CARVALHO*
EMYLLY MIKAELY MENDES MOTA
TRAMPUSCH
EVELITA SILVA CORDEIRO**
EVERALDO LEITE DAS VIRGENS
FRANCIELE BRITO SANTOS ***
FRANCISCA DAS VIRGENS FONSECA*
FREDSON COSTA DE ARAUJO*
GILVAN ROGERIO VIEIRA DE ARAUJO
GISLEIDE DO CARMO OLIVEIRA
ISABEL SANTOS PEREIRA *
JANE CRISTINA LIMA RIOS*
JOAO TEÓFILO DE ARAUJO OLIVEIRA*
JOSE FRANCISCO C DE OLIVEIRA
JOSE IVAMBERG F SILVA
JOSÉ NÉLIO MONTEIRO CORSINI
JOSEVAL SANTOS DE JESUS****

JUDICLÉCIO BRITO LIMA
KATIA MIRELE SOUZA DE MATOS ***
KÍVIA MARIA DA S CARNEIRO
LEANE DE SOUZA C DOS REIS
MARCELO EMANUEL M ARAUJO
MARCIO GILNARIO CARNEIRO LIMA*
MARGARIDA SOUZA DA SILVA*
MARIA BARBARA DOS SANTOS DE JESUS*
MARIA GRAÇAS S BITTENCOURT
MARIA VANDALVA L DE OLIVEIRA**
MARIANA BORGES NETA
MARIZA C DAS VIRGENS
MATEUS JONNEI CARNEIRO LIMA
MAYCO FARIAS DOS SANTOS
MORENA CARVALHO DOS SANTOS
NAIDISON DE Q BAPTISTA
NATALY SOUZA DE OLIVEIRA
NURIA MARIANA CAMPOS NUNES*
PATRICIA SANTIAGO DOS SANTOS PEREIRA*
PEDRO GENIR DE J SANTOS
PEDRO HENRIQUE C SANTOS **
REINILDA DE OLIVEIRA MIRANDA*
REINILDA SANTOS DA SILVA
RITA DE CASSIA B DE ALMIEDA*
ROBERVANIA DA SILVA CUNHA
RUBEMARIA DOS S COSTA**
SELMA GLORIA DE JESUS
SIDINEIA DA SILVA DE QUEIROZ
SORAIA JANE O R CARVALHO
TAILANA ISABELA DE L MATOS
TAINA DE LIMA MATOS**
THAIANE LIMA DA SILVA*
VALDIR FERREIRA ALVES*
VALMAR SANTIAGO DE OLIVEIRA
VALMIRA LOPES DE SOUZA
VERA MARIA OLIVEIRA CARNEIRO
ZENAIDE ALVES DE JESUS

Legenda:

- Admitidos dentro do ano de 2023 *
- Demitidos dentro do ano de 2023 **
- Admitidos e demitidos dentro do ano de 2023 ***
- Licença sem remuneração dentro do ano de 2023 ****

TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO DENTRO DO PERÍODO

- ✓ Território Bacia do Jacuípe;
- ✓ Território de Litoral Norte e Agreste Baiano;
- ✓ Território do Sisal;
- ✓ Território Nordeste II;
- ✓ Território Piemonte da Diamantina;
- ✓ Território Piemonte Norte do Itapicuru;
- ✓ Território Portal do Sertão;
- ✓ Território Recôncavo.

COLABORADORES/COOPERANTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

CONVÊNIOS DO EXTERIOR

- ✓ KINDERNOTHILFE – KNH
- ✓ OMICRON ELETRONICS
- ✓ TERRE DES HOMMES
- ✓ UNIÃO EUROPEIA / AGENDHA

CONVÊNIOS NÃO GOVERNAMENTAIS

- ✓ ACTIONAID;
- ✓ BANCO DO NORDESTE DO BRASIL;
- ✓ CARITAS;
- ✓ CEAPE - CENTRO DE APOIO AOS PEQUENOS
EMPREENDIMENTOS DA BAHIA;

- ✓ CEDASB - CENTRO DE CONVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO DO SUDOESTE DA BAHIA;
- ✓ CENTRO AGROECOLÓGICO;
- ✓ CENTRO JOÃO DE DEUS;
- ✓ CENTRO SABIA - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ;
- ✓ CESE - COORDENAÇÃO ECUMENICA DE SERVIÇOS;
- ✓ COGEFUR - CONSELHO GESTOR DO FUNDO ROTATIVO;
- ✓ FUNARBE - FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES;
- ✓ FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL;
- ✓ FUNDO BRASIL;
- ✓ IRPAA - INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA;
- ✓ SAJUC - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIOAMBIENTAL NO CAMPO E CIDADE;
- ✓ SASOP – SERVIÇO DE ASSESSORIA A ORGANIZAÇÕES POPULARES RURAIS;
- ✓ SICOOB - SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL;
- ✓ UNICAFES - UNIÃO DAS COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA.

CONVÊNIOS GOVERNAMENTAIS

- ✓ CAR - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO;
- ✓ SETRE - SECRETARIA ESTADUAL DE TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE;
- ✓ SPM - SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES.

CONTRATOS GOVERNAMENTAIS

- ✓ ANATER - AGENCIA NACIONAL DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL;
- ✓ AP1MC - ASSOCIAÇÃO PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS PARA O SEMIÁRIDO;
- ✓ SDR - SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL.

